



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANDREA CILENE SANTOS AGUIAR
TAFATI MOREIRA DA SILVA

**A CONTABILIDADE RURAL COMO FERRAMENTA PARA GESTÃO
NA PROPRIEDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR: um estudo de
caso no Sítio Boa Esperança em Itaituba- Pará**

Itaituba – PA

2025

ANDREA CILENE SANTOS AGUIAR
TAFATI MOREIRA DA SILVA

**A CONTABILIDADE RURAL COMO FERRAMENTA PARA GESTÃO
NA PROPRIEDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR: um estudo de
caso no Sítio Boa Esperança em Itaituba- Pará**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Profº. Augusto César Amorim do Nascimento

AGUIAR, Andrea Cilene Santos; SILVA, Tafati Moreira da.

A Contabilidade Rural como Ferramenta para Gestão na Propriedade da Agricultura Familiar: um estudo de caso no Sítio Boa Esperança em Itaituba-Pará - FAI / AGUIAR, Andrea Cilene Santos; SILVA, Tafati Moreira da. Itaituba: FAI, 2025.

70 f.

Profº. Augusto César Amorim do Nascimento

Trabalho de Conclusão de Curso Graduação em Bacharel em Ciências Contábeis – Faculdade de Itaituba, 2025.

1. Contabilidade rural. 2. Agricultura familiar. 3. Gestão rural. 4. Propriedades agrícolas. 5. Itaituba-Pará. I. AGUIAR, Andrea Cilene Santos; SILVA, Tafati Moreira da. II. Faculdade de Itaituba. Itaituba, BR – PA, 2025.

ANDREA CILENE SANTOS AGUIAR
TAFATI MOREIRA DA SILVA

**A CONTABILIDADE RURAL COMO FERRAMENTA PARA GESTÃO
NA PROPRIEDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR: um estudo de
caso no Sítio Boa Esperança em Itaituba- Pará**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Profº. Augusto César Amorim do Nascimento

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____ Nota: _____
Profº. Augusto César Amorim do Nascimento

Avaliador(a): _____ Nota: _____
Prof. _____, _____

Avaliador(a): _____ Nota: _____
Prof. _____, _____

Resultado: _____ Média: _____

Itaituba/PA, ____ de março de 2025.

Dedicamos este trabalho a Deus, que nos presenteia todos os dias com a energia da vida, que nos dá forças e coragem para atingir os nossos objetivos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradecemos a Deus pelas nossas vidas.

A Faculdade de Itaituba-FAI e aos professores, em especial a nossa orientadora Prof. Augusto Cesar por nos apoiar e nos orientar nesta etapa final da Graduação.

Aos nossos familiares que nos apoiaram nesta jornada.

RESUMO

A pesquisa intitulada “A Contabilidade Rural como Ferramenta para Gestão na Propriedade da Agricultura Familiar: um estudo de caso no Sítio Boa Esperança em Itaituba- Pará” teve como objetivo analisar a aplicação da contabilidade rural na gestão de uma propriedade agrícola familiar. Para alcançar esse objetivo, utilizou-se uma abordagem qualitativa, por meio de um estudo de caso. Os dados foram coletados por meio de um roteiro de entrevista composto por 17 perguntas, sendo cinco abertas e 12 fechadas, aplicadas ao agricultor responsável pela gestão da propriedade. Os resultados indicaram que não há práticas contábeis formais implementadas na propriedade, como registros de receitas, despesas ou estoques. O entrevistado, com mais de 30 anos de experiência, relatou desconhecimento sobre os benefícios da contabilidade rural e sua utilidade na tomada de decisões. Entre as principais dificuldades mencionadas, destacaram-se a falta de conhecimento técnico e a percepção de que a contabilidade é complexa. Apesar disso, o agricultor demonstrou abertura para adotar novas ferramentas, desde que sejam simples e adaptadas às suas necessidades. A pesquisa conclui que a ausência de práticas contábeis prejudica a eficiência da gestão e reforça a importância de capacitações específicas para agricultores familiares. Como sugestão, futuros estudos poderiam investigar o impacto de ferramentas contábeis simplificadas e de programas de treinamento na transformação da gestão econômica de propriedades familiares.

Palavras-chave: Contabilidade rural. Agricultura familiar. Gestão rural. Propriedades agrícolas. Itaituba-Pará.

ABSTRACT

The research entitled “Rural Accounting as a Management Tool for Family Farming Properties: Boa Esperança Farm in Itaituba, Pará” aimed to analyze the application of rural accounting in the management of a family farm. To achieve this objective, a qualitative approach was used, through a case study. Data were collected through a structured questionnaire consisting of 17 questions, five open and 12 closed, applied to the farmer responsible for managing the property. The results indicated that there are no formal accounting practices implemented on the property, such as records of income, expenses or inventories. The interviewee, with over 30 years of experience, reported a lack of knowledge about the benefits of rural accounting and its usefulness in decision-making. Among the main difficulties mentioned, the lack of technical knowledge and the perception that accounting is complex stood out. Despite this, the farmer demonstrated openness to adopting new tools, as long as they are simple and adapted to his needs. The research concludes that the lack of accounting practices hinders management efficiency and reinforces the importance of specific training for family farmers. As a suggestion, future studies could investigate the impact of simplified accounting tools and training programs on transforming the economic management of family farms.

Keywords: Rural accounting. Family farming. Rural management. Agricultural properties. Itaituba-Pará.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Localização de Itaituba-PA. Fonte: Google Mapas (2024)	42
Figura 2- Sítio Boa Esperança.	43
Figura 3- Criação de bovinos do Sítio Boa Esperança.....	44
Figura 4- Plantação de mandioca do Sítio Boa Esperança.	44

LISTA DE QUADRO

Quadro 1- Controle mensal	53
Quadro 2- Controle de Estoque	54
Quadro 3- Planejamento de Investimentos.....	54
Quadro 4 - Exemplo de Balanço Patrimonial Rural	55

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA CONTABILIDADE	13
2.1.1 Conceito, definição e objetivo da contabilidade.....	13
2.1.2 Origem no mundo.....	15
2.1.3 Origem no Brasil.....	17
2.2 CONTABILIDADE RURAL	19
2.3 A CONTEXTUALIZAÇÃO DA AGRICULTURA	23
2.3.1 Origem e importância da agricultura familiar	26
2.3.2 Dados da agricultura familiar no Brasil	29
2.4 CONTABILIDADE AGRÍCOLA	31
2.4.1 Demonstrações contábeis.....	33
2.4.2 Análise das demonstrações	35
2.4.3 Fluxo de caixa	38
2.4.4 Ferramentas estratégicas de apoio a gestão do agronegócio	40
3 METODOLOGIA	42
3.1 LOCAL DE PESQUISA	42
3.2 TIPO DE ESTUDO	42
3.3 LOCAL DA AMOSTRA	43
3.4 INSTRUMENTO E COLETA DE DADOS	45
3.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS	45
3.5 ASPECTOS ÉTICOS	45
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	47
4.1 PERFIL	47
4.2 APLICAÇÃO DA CONTABILIDADE RURAL NA GESTÃO DA PROPRIEDADE AGRÍCOLA FAMILIAR SÍTIO BOA ESPERANÇA	47
4.3 PRÁTICAS CONTÁBEIS UTILIZADAS E OS IMPACTOS DA CONTABILIDADE NA GESTÃO DIÁRIA DA PROPRIEDADE	48
4.4 SUGESTÃO DE MODELO DE DEMONSTRAÇÃO CONTABIL PARA O PEQUENO PRODUTOR	53
4.1.1 Modelo de demonstração contábil simplificada para pequenos produtores ..	53
5 CONCLUSÃO	57
REFERÊNCIAS.....	59
APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PESQUISA SOBRE A APLICAÇÃO DA CONTABILIDADE RURAL EM PROPRIEDADES DE AGRICULTURA FAMILIAR	63
APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	63
REFERÊNCIAS.....	58

1 INTRODUÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso tem como título: “a contabilidade rural como ferramenta para gestão na propriedade da agricultura familiar: um estudo de caso no sítio Boa Esperança em Itaituba- Pará”. O campo da contabilidade rural é frequentemente negligenciado tanto por produtores rurais quanto por profissionais da contabilidade. A maioria dos pequenos agricultores vê essa prática como algo complexo e distante de sua realidade diária. No entanto, a contabilidade rural oferece ferramentas essenciais para a gestão financeira e a tomada de decisões, especialmente em propriedades de agricultura familiar.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a aplicação da contabilidade rural na gestão da propriedade agrícola familiar no Sítio Boa Esperança. Para atingir esse propósito, os objetivos específicos incluem: identificar práticas contábeis já utilizadas, avaliar os impactos da contabilidade na gestão diária da propriedade e propor melhorias concretas baseadas nas observações realizadas durante a pesquisa.

A pesquisa se justifica pela necessidade de ampliar o conhecimento sobre a contabilidade rural, principalmente para pequenos produtores que, em geral, desconhecem o potencial dessa ferramenta na otimização de seus negócios. Além disso, a escolha do tema está profundamente conectada às raízes pessoais das autoras, cuja família tem uma história ligada à vida no campo. Explorar um tema que reflete essa conexão traz maior relevância e proximidade para o estudo.

Este estudo busca responder a três questões principais: Quais práticas contábeis são atualmente aplicadas na gestão da propriedade agrícola familiar? De que forma a contabilidade rural tem impactado a tomada de decisões na propriedade? Quais aspectos da contabilidade rural podem ser melhorados para facilitar sua aplicação nas pequenas propriedades agrícolas familiares? Essas perguntas guiam a investigação com o intuito de compreender as barreiras e as oportunidades que a contabilidade rural oferece a esses pequenos produtores.

A pesquisa foi de natureza qualitativa, baseada em um estudo de caso realizado na propriedade rural Sítio Boa Esperança, localizada em Itaituba, Pará. Foi utilizado um roteiro de entrevista ao proprietário e seus familiares, com o objetivo de coletar dados sobre as práticas contábeis e as percepções dos gestores da propriedade em relação à contabilidade rural.

Este estudo é embasado em referências de autores que discutem a contabilidade rural e sua aplicação na agricultura familiar, como Marion (2014), Fernandes (2015), e Crepaldi (2012), cujos trabalhos destacam a importância da contabilidade na gestão rural.

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos. O primeiro capítulo trata da introdução ao tema. O segundo capítulo discute a fundamentação teórica, abordando os conceitos de contabilidade rural e agricultura familiar. O terceiro capítulo apresenta a metodologia utilizada na pesquisa. O quarto capítulo traz a análise dos resultados obtidos durante o estudo de caso. Por fim, o quinto capítulo contém as considerações finais e sugestões para futuras pesquisas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA CONTABILIDADE

2.1.1 Conceito, definição e objetivo da contabilidade

A contabilidade, ao longo de sua trajetória, consolidou-se como uma ciência social aplicada de grande relevância para a gestão econômica de entidades públicas e privadas. Seu papel vai muito além do mero registro de transações, envolvendo o controle patrimonial, a tomada de decisões e a transparência das operações empresariais. A evolução da contabilidade acompanhou as transformações das sociedades, adaptando-se às necessidades de cada época e tornando-se uma ferramenta essencial para os gestores. Desde os primeiros registros comerciais de civilizações antigas até os sistemas complexos contemporâneos, a contabilidade se moldou para atender às exigências crescentes do mercado globalizado.

Conforme discutido por Silva e Martins (2006), a origem da contabilidade está intimamente ligada à necessidade das sociedades de organizar suas atividades econômicas. Povos antigos, como os hindus, egípcios e romanos, desenvolveram sistemas rudimentares para registrar suas transações comerciais, buscando, desde então, maior controle sobre suas economias. Esses primeiros marcam o início de um longo processo de aperfeiçoamento da contabilidade, que, ao longo dos séculos, evoluiu para se adaptar às complexidades das relações comerciais e financeiras modernas. Schmidt (1996) reforça que essa evolução está diretamente relacionada às mudanças sociais e econômicas, tornando a contabilidade um sistema de informação indispensável para a gestão das entidades.

Contudo, a transformação da contabilidade não foi apenas técnica, mas também epistemológica. Como argumenta Padoveze (2012), a contabilidade moderna deve ser vista como uma ciência externa para o controle patrimonial e a geração de informações úteis para os tomadores de decisão. A capacidade de capturar e processar dados financeiros, convertendo-os em informações estratégicas, é o que realmente diferencia a contabilidade contemporânea. Comparando essa visão com a de Silva e Martins (2006), observa-se uma ampliação da função contábil: enquanto nos primórdios o foco era o controle, hoje a ênfase está na sua capacidade de gerar valor estratégico para as organizações.

No entanto, o papel da contabilidade não se limita ao monitoramento dos bens e direitos das entidades. Mauss et al. (2007) defendem que a contabilidade atua como um elo entre os eventos econômicos e os usuários da informação contábil, interpretando e comunicando as variações patrimoniais de maneira que facilitam a tomada de decisões. Nesse sentido, há uma convergência com Padoveze (2012), que também destaca o patrimônio como o centro do estudo contábil, mas amplia o conceito ao afirmar que a verdadeira essência da contabilidade está na sua capacidade de transformar esses dados em informações estratégicas.

A comparação entre as abordagens revela uma evolução do entendimento sobre o papel da contabilidade: de uma ciência preocupada com o registro no campo das operações, para uma ferramenta ativa e estratégica que auxilia na condução dos negócios. A contabilidade passou a ser vista como fundamental para a gestão, planejamento e definição de estratégias empresariais. Nesse sentido, a visão de Padoveze (2012) se destaca ao evidenciar que a contabilidade não é apenas uma atividade de apoio, mas uma aliada essencial na busca por eficiência e competitividade.

A relevância da incidência é acentuada no cenário econômico global atual, caracterizado pela volatilidade dos mercados e pela complexidade das transações financeiras. A precisão e a confiabilidade das informações contábeis são essenciais para garantir a sustentabilidade e o crescimento das organizações. Nesse ambiente, o papel do contador, como observam Cotrin, Santos e Zotte Júnior (2012), se expandiu para além da função tradicional de registrador. Hoje, o contador é um consultor estratégico, auxiliando os gestores na interpretação dos dados financeiros e na formulação de estratégias que garantem o sucesso da empresa.

Essa transformação no papel do contador está diretamente relacionada às novas demandas impostas pela globalização e pela digitalização dos processos financeiros. O avanço tecnológico traz desafios importantes para a contabilidade, como a necessidade de integração de sistemas e a gestão de grandes volumes de dados (Big Data). Nesse contexto, o contador moderno não precisa apenas de habilidades técnicas, mas também de uma visão analítica e estratégica, capaz de navegar em um ambiente de negócios cada vez mais competitivo e dinâmico.

Portanto, a contabilidade e o papel do contador se mantêm em constante evolução, refletindo as transformações econômicas e tecnológicas que impactam as entidades. Ao olhar para o futuro, fica claro que a contabilidade continuará a

desempenhar um papel central na gestão organizacional, sendo uma ciência ativa que traduz eventos econômicos em informações essenciais para a tomada de decisões, garantindo assim a eficiência, a transparência e o crescimento sustentável das entidades.

2.1.2 Origem no mundo

A trajetória histórica da contabilidade reflete sua importância como uma ferramenta indispensável para a gestão econômica e financeira das sociedades ao longo do tempo. Desde as primeiras civilizações organizadas, como apontam Oliveira e Nagatsuka (2000), a necessidade de registro e controle de bens e recursos já estava presente. Embora o desenvolvimento formal da contabilidade, como conhecemos hoje, tenha ocorrido na Itália renascentista, suas raízes se estendem por diversas culturas e civilizações. Povos antigos, como os fenícios, persas, egípcios, gregos e romanos, contribuíram significativamente para o surgimento dos primeiros sistemas contábeis. Cada uma dessas civilizações trouxe inovações que, somadas, formaram a base do que viria a ser a contabilidade moderna.

Esses primeiros registros, conforme indicado por Ludícibus (2010), datam de cerca de 2.000 a.C., em regiões como Suméria, Babilônia, Egito e China. Esses sistemas rudimentares de controle eram usados principalmente para gerenciar recursos e garantir que os bens e as obrigações fossem corretamente administrados. Nessa fase, o objetivo era essencialmente funcional: assegurar que os recursos disponíveis fossem bem controlados. No entanto, com o passar do tempo, e com o desenvolvimento de novas tecnologias e métodos, a contabilidade foi ganhando complexidade e abrangência. Conforme destacado por Sá (2010), a interação com outras culturas, especialmente com os árabes, permitiu um avanço significativo nas práticas contábeis, com a introdução de conceitos matemáticos fundamentais, como o uso do zero e a lógica aritmética.

Ao comparar as contribuições dos povos antigos e dos árabes, observa-se que as primeiras civilizações desenvolveram práticas básicas de controle de bens, enquanto os árabes, influenciados pelos indianos, introduziram conceitos que tornaram a contabilidade mais eficiente. A adoção de um sistema numérico mais prático, como o sistema árabe, substituiu os números romanos, facilitando operações

matemáticas e permitindo que comerciantes e administradores gerissem de maneira mais eficaz suas transações (Iudícibus e Marion, 2008).

À medida que as sociedades evoluíam, também aumentava a complexidade das atividades econômicas, exigindo sistemas mais avançados de controle e registro. Como argumenta Iudícibus (2010), na Idade Média, práticas contábeis rudimentares ainda eram utilizadas para gerenciar recursos básicos, como a contagem de rebanhos e estoques de alimentos. Contudo, o surgimento da moeda e o desenvolvimento do comércio internacional impulsionaram a necessidade de registros mais dinâmicos e precisos. A introdução da contabilidade por partidas dobradas na Renascença Italiana, conforme destacado por Oliveira e Nagatsuka (2000), representou um salto significativo nesse processo. Esse sistema, desenvolvido por Luca Pacioli, estabeleceu um novo padrão de registro, garantindo maior clareza e precisão nas transações.

O sistema de partidas dobradas, que registra cada transação em duas contas, de débito e crédito, foi essencial para a evolução da contabilidade, transformando-a em uma ciência mais sistemática e confiável. Conforme Sá (2010) observa, essa inovação permitiu que a contabilidade se expandisse globalmente, acompanhando o crescimento do comércio internacional e das corporações. Comparando essa inovação com as práticas anteriores, fica evidente o impacto que a Renascença teve na transformação da contabilidade de uma prática local e rudimentar para uma ciência global e complexa.

Já no século XIX, com a Revolução Industrial, a contabilidade ganhou ainda mais relevância, como discutem Iudícibus e Marion (2008). A rápida industrialização e o surgimento de grandes empresas exigiam um sistema contábil capaz de lidar com a crescente complexidade das operações financeiras. Nesse contexto, a contabilidade passou a exercer um papel central na gestão de custos e na análise de investimentos, contribuindo para o crescimento das empresas e para o desenvolvimento econômico global. A comparação entre o papel da contabilidade na Idade Média e na Revolução Industrial revela como a evolução das práticas contábeis acompanhou as necessidades econômicas em constante mudança.

No século XX, o avanço da tecnologia trouxe uma nova era para a contabilidade, com a introdução de computadores e sistemas informatizados que revolucionaram a maneira como os dados financeiros eram processados e analisados. Além disso, a criação de normas internacionais de contabilidade, como as IFRS,

promoveu a padronização das práticas contábeis em nível global, facilitando a comparabilidade entre empresas e mercados. Conforme Iudícibus, Marion e Faria (2009) mencionam, essas inovações tecnológicas e a globalização impulsionaram a contabilidade a novos patamares, ampliando ainda mais sua importância no cenário econômico mundial.

Portanto, a contabilidade, desde suas origens nas civilizações antigas até sua forma moderna, passou por uma trajetória de evolução contínua, sempre adaptando-se às necessidades econômicas e financeiras das sociedades. A transição de práticas simples de controle de bens para uma ciência sofisticada de gestão patrimonial reflete a capacidade da contabilidade de se reinventar e se adaptar às novas realidades. A partir de contribuições de várias culturas, como os árabes e os renascentistas italianos, a contabilidade consolidou-se como uma ferramenta essencial para o sucesso financeiro das entidades. Hoje, ela continua a evoluir, respondendo aos desafios impostos pela globalização e pela digitalização, reforçando sua posição como pilar fundamental do desenvolvimento econômico global.

2.1.3 Origem no Brasil

A origem da contabilidade no Brasil está profundamente conectada ao desenvolvimento econômico e social do país, com suas primeiras manifestações surgindo ainda no período colonial. Conforme ressaltam Oliveira e Nagatsuka (2000), o surgimento da prática contábil no Brasil foi uma resposta às necessidades de controle econômico e financeiro da época, uma característica comum entre as colônias, que dependiam da organização contábil para gerenciar seus recursos e tributos. A nomeação de Gaspar Lamego como o primeiro contador oficial em 1549 marcou o início formal da contabilidade no país, embora de maneira rudimentar e voltada principalmente para o controle alfandegário.

Iudícibus e Marion (2008) acrescentam que o impacto da chegada da Família Real Portuguesa em 1808 acelerou a evolução da contabilidade no Brasil. O estabelecimento de instituições como o Banco do Brasil e a criação do Erário Régio, responsável pela administração das finanças públicas, impulsionaram a necessidade de um sistema contábil mais avançado, já utilizando o método das partidas dobradas de Luca Pacioli, que Portugal já havia adotado. Essa influência direta do modelo português consolidou uma relação de dependência nas práticas contábeis brasileiras

durante o período colonial e o Império, o que reflete a influência europeia nas regulamentações contábeis da época.

No entanto, a partir do século XX, o cenário contábil brasileiro começou a se desvincular das tradições coloniais e a buscar modernizações, como destaca Alves (2017). O avanço do comércio internacional e a crescente inserção do Brasil no mercado global exigiram uma adequação das normas contábeis às práticas internacionais, especialmente com a edição da Lei nº 6.404/1976, que modernizou as regras contábeis das sociedades por ações. O movimento de convergência das normas brasileiras aos padrões internacionais, impulsionado pela Lei nº 11.638/2007, representou um marco importante nesse processo, colocando o Brasil em sintonia com as melhores práticas globais, conforme os padrões do International Accounting Standards Board (IASB) e das International Financial Reporting Standards (IFRS).

A comparação entre o período colonial e o século XX revela uma transformação significativa. Enquanto no Brasil colonial a contabilidade era utilizada essencialmente para fins fiscais e de controle de tributos, o século XX trouxe uma mudança de foco, com a contabilidade se voltando para a transparência e a relevância das informações financeiras. Iudícibus e Marion (2008) apontam que a reforma promovida pela Lei nº 11.638/2007 ajudou a aproximar o Brasil das normas internacionais, proporcionando uma maior confiabilidade e clareza nas informações contábeis, além de facilitar o acesso das empresas brasileiras ao mercado de capitais global.

Essa mudança de paradigma, como destaca Alves (2017), foi fundamental para o fortalecimento do ambiente de negócios no Brasil, especialmente no que diz respeito à atração de investimentos estrangeiros. A adoção das IFRS, ao dar ênfase à essência econômica das transações em detrimento das exigências fiscais, transformou a contabilidade brasileira em uma ferramenta de gestão estratégica e não apenas de controle patrimonial. O resultado foi um aumento na confiança dos investidores internacionais, o que contribuiu para o crescimento das empresas nacionais e para a consolidação da contabilidade como uma ciência de gestão essencial.

Além disso, a promulgação da Lei nº 12.249/2010 trouxe novas mudanças para o campo contábil brasileiro, ao regulamentar de forma mais rígida a profissão. A introdução do Exame de Suficiência para o registro nos Conselhos Regionais de Contabilidade, por exemplo, reforçou a qualificação dos profissionais da área, garantindo que os contadores estivessem melhor preparados para enfrentar as demandas do mercado globalizado. A modernização da profissão foi, portanto,

acompanhada de um esforço educacional, como aponta Alves (2017), com a ampliação dos cursos de Ciências Contábeis no país e a necessidade de que os currículos se adaptassem às rápidas transformações tecnológicas e econômicas.

Portanto, a trajetória da contabilidade no Brasil, desde o período colonial até os dias atuais, reflete uma evolução constante em resposta às demandas econômicas e sociais. Se no passado a contabilidade tinha um foco limitado ao controle fiscal, hoje ela é um instrumento vital para a transparência, gestão e tomada de decisões estratégicas. A comparação entre o Brasil colonial e o Brasil globalizado revela que, embora a contabilidade tenha mantido suas funções essenciais de controle patrimonial, seu papel como ferramenta de gestão e transparência financeira tornou-se cada vez mais relevante no cenário contemporâneo, especialmente com a adoção de normas internacionais. A contabilidade brasileira, assim, continua a evoluir, adaptando-se às novas exigências e consolidando sua importância no cenário econômico mundial.

2.2 CONTABILIDADE RURAL

De acordo com Marion (2014), a contabilidade aplicada ao agronegócio, conhecida como contabilidade agrícola ou contabilidade rural, desempenha um papel central no cenário brasileiro, contribuindo para o aprimoramento da gestão nas propriedades rurais e o fortalecimento do setor agrícola. Historicamente, a contabilidade agrícola desenvolveu-se em resposta às necessidades de monitoramento e controle financeiro das atividades produtivas no campo. Essa área contábil visa organizar e fornecer informações econômicas e financeiras essenciais, permitindo que o produtor rural acompanhe e avalie as previsões de suas operações. A contabilidade agrícola destaca-se pela aplicação de métodos específicos, que integram práticas contábeis ao ambiente rural e englobam desde o controle de insumos até a gestão de custos e rendimentos das propriedades agrícolas (FRANCO, 2021).

Vilhena e Antunes (2010) mencionam que no Brasil, agricultura passou a incorporar avanços tecnológicos e práticas administrativas com o intuito de profissionalizar o setor, impulsionando a necessidade de uma contabilidade mais rigorosa e adaptada às particularidades do campo. A transformação da agricultura brasileira nas últimas décadas, com a incorporação de métodos produtivos

industrializados, desenvolveu o desenvolvimento de uma estrutura contábil que auxiliava o gestor rural na tomada de decisões. Nesse sentido, a contabilidade agrícola não lida apenas com o registro de custos e despesas, mas também facilita o planejamento estratégico, possibilitando o controle da produção e o estabelecimento de metas financeiras (WENDPAP, 2019).

A nomenclatura específica, como “contabilidade rural” e “contabilidade agrícola”, reflete as particularidades da contabilidade aplicada ao setor. Segundo Franco (2021), a contabilidade agrícola envolve a “capacidade produtiva do solo” e abrange tanto as atividades de cultivo vegetal quanto a criação animal, compondo, assim, uma área de contabilidade dedicada à exploração econômica dos recursos naturais de maneira sistemática e organizada. Marion (2014) define como empresas rurais como aquelas que exploram a capacidade produtiva da terra por meio do cultivo e da criação, destacando a necessidade de controle preciso dos custos operacionais e das variáveis de produção.

Desse modo, Vilhena e Antunes (2010) apontam que a contabilidade rural no Brasil se consolida como ferramenta essencial para o desenvolvimento do setor agrícola, sobretudo no que diz respeito ao gerenciamento financeiro das propriedades e à maximização dos recursos disponíveis. Ela fornece ao produtor o controle detalhado de gastos e receitas, a organização dos recursos e a análise da lucratividade.

No contexto da agricultura familiar, essas práticas contábeis possibilitam a avaliação dos custos de produção e a determinação de estratégias para alcançar um melhor retorno financeiro, alinhando-se, portanto, aos princípios de sustentabilidade econômica e ambiental. De acordo com Wendpap (2019), a contabilidade rural fornece suporte ao agricultor na criação de sistemas de controle, aumentando a precisão e a confiabilidade das informações registradas e permitindo a identificação de oportunidades para a otimização dos processos.

No Brasil, a expansão da contabilidade agrícola foi potencializada por legislações e normativas específicas, como o CPC 29, que introduz o conceito de ativo biológico e valor justo, adaptando-se à exigência do setor rural (Franco, 2021). Essa normativa tem como objetivo promover uma mensuração precisa dos ativos biológicos e dos produtos agrícolas, facilitando a interpretação das informações econômicas e possibilitando maior transparência na gestão dos recursos naturais. Com essas diretrizes, a contabilidade agrícola brasileira passou a adotar metodologias mais

robustas e homologadas com as práticas internacionais, permitindo que as propriedades rurais brasileiras melhorem seus indicadores de desempenho e se tornem mais competitivos no mercado global.

De acordo com Vilhena e Antunes (2010), a relevância da contabilidade rural na economia brasileira é reforçada por sua contribuição para o planejamento financeiro das propriedades, permitindo uma melhor alocação de recursos e uma análise detalhada dos custos de produção. Nesse cenário, a contabilidade agrícola surge como um instrumento essencial para a sustentabilidade e a rentabilidade do setor rural, promovendo o desenvolvimento de práticas agrícolas mais eficientes e fundamentadas em dados concretos (WENDPAP, 2019).

De fato, essa contabilidade desempenha um papel crítico na modernização do agronegócio brasileiro, atendendo tanto às grandes empresas quanto aos pequenos agricultores, que dependem dessas informações para garantir a continuidade e o sucesso de suas operações.

Segundo Marion (2014), a contabilidade agrícola representa, assim, um entre o desenvolvimento técnico e o econômico das propriedades rurais, integrando informações essenciais para o planejamento e o controle das atividades agrícolas. O uso de técnicas de apuração de custos e de mensuração de ativos permite ao produtor uma visão completa de sua propriedade, desde os insumos utilizados até os resultados alcançados com a colheita. Essa visão integrada oferece aos agricultores uma base sólida para a tomada de decisões estratégicas, otimizando a utilização de recursos e promovendo a rentabilidade sustentável no longo prazo (FRANCO, 2021).

A predominância da pessoa física nas propriedades rurais no Brasil reflete uma resistência cultural e tributária, mesmo após a flexibilização promovida pelo Código Civil de 2002. A manutenção desse modelo, como destacado por Machado Filho (2019), implica em um risco significativo para a sustentabilidade a longo prazo das atividades rurais, uma vez que a informalidade e a ausência de uma estrutura jurídica mais robusta podem dificultar a gestão eficiente e a sucessão empresarial. A transformação de propriedades rurais em pessoas jurídicas oferece vantagens claras, como a possibilidade de um planejamento tributário mais eficiente e o aumento da profissionalização na gestão financeira. Contudo, o ambiente institucional e a cultura tributária continuam a influenciar as escolhas dos produtores, que muitas vezes hesitam em migrar para o modelo de pessoa jurídica.

O ambiente econômico do agronegócio no Brasil é marcado por desafios complexos, conforme apontado por Miquelini e Santos (2021). Além dos problemas técnicos e tecnológicos, a incerteza sobre os subsídios governamentais, as condições climáticas imprevisíveis e as mudanças nas regulamentações legais são questões recorrentes que afetam diretamente a lucratividade dos produtores. A flutuação dos preços das commodities e o monopólio dos compradores também são fatores que agravam a situação. Nesse cenário, os agricultores enfrentam dificuldades em manter a competitividade e a lucratividade de suas operações, tornando a contabilidade rural uma ferramenta indispensável para gerenciar esses riscos e otimizar os recursos disponíveis.

Nesse contexto, o papel dos contadores rurais se torna central, como evidenciado por Trajano e Anjos (2021). Esses profissionais atuam como consultores estratégicos, oferecendo suporte em questões financeiras complexas que vão além do simples cumprimento de obrigações fiscais. Eles ajudam a planejar o fluxo de caixa, gerenciar os tributos e realizar o planejamento patrimonial, fornecendo informações cruciais para a tomada de decisões. A expertise dos contadores rurais em lidar com as particularidades do setor, como a flutuação dos lucros e os efeitos imprevisíveis do clima e do mercado, permite que os agricultores ajustem suas estratégias conforme as condições econômicas e climáticas variam, garantindo a sustentabilidade do negócio.

A visão de Ulrich (2019) complementa essa análise ao ressaltar que os contadores especializados no agronegócio não apenas garantem a precisão dos registros financeiros, mas também orientam o desenvolvimento financeiro das empresas agrícolas. A necessidade de se adaptar a um ambiente de negócios cada vez mais competitivo e dinâmico exige abordagens inovadoras e metodologias de gestão que possam maximizar a rentabilidade do agronegócio. Esses profissionais são fundamentais para o desenvolvimento de estratégias que visam aumentar a competitividade e garantir a perenidade das operações.

A implementação de um sistema de informações integrado, como mencionado por Ulrich (2019), também é vital para o sucesso das empresas agrícolas. Um sistema eficiente permite que gestores e proprietários tenham acesso a dados precisos e em tempo hábil, o que facilita a tomada de decisões estratégicas e a solução de problemas relacionados à produção e processamento. Esse tipo de abordagem

oferece uma vantagem competitiva ao agronegócio, uma vez que possibilita a antecipação de tendências e a adaptação rápida às mudanças do mercado.

Portanto, ao comparar as visões de Machado Filho, Miquelini e Santos, Trajano e Anjos, e Ulrich, observa-se que a evolução da contabilidade rural está intrinsecamente ligada à necessidade de modernização das práticas de gestão nas propriedades agrícolas. Enquanto Machado Filho destaca o risco de manter o modelo de pessoa física nas propriedades rurais, Miquelini e Santos enfatizam os desafios econômicos e estruturais que os agricultores enfrentam. Trajano e Anjos e Ulrich, por sua vez, ressaltam a importância da atuação dos contadores rurais para a sustentabilidade e competitividade do setor. Esses diferentes pontos de vista convergem na necessidade de uma gestão mais profissionalizada e integrada, onde a contabilidade desempenha um papel essencial na superação dos desafios do agronegócio brasileiro.

2.3 A CONTEXTUALIZAÇÃO DA AGRICULTURA

A agricultura constitui uma das atividades mais antigas da humanidade, com registros históricos que demonstram sua prática desde as primeiras civilizações organizadas, onde os povos sedentários passaram a depender da manipulação do solo e do cultivo de alimentos para sua subsistência e expansão social. Corrêa (2018), menciona que desde então, a agricultura evoluiu de maneira significativa, assumindo diferentes formas e significados ao longo dos séculos.

No Brasil, a agricultura atravessou períodos marcantes de transição, influenciados por fatores econômicos, sociais e culturais que moldaram o setor de acordo com as particularidades regionais e necessidades econômicas nacionais. Segundo Garcia (2022), a agricultura no Brasil pode ser considerada uma das principais responsáveis pelo desenvolvimento socioeconômico do país, dada a sua importância tanto na produção de alimentos quanto no fornecimento de materiais-primas para outros setores da economia, como a indústria e a exportação.

A nomenclatura da agricultura reflete as formas complexas e distintas de organização e técnicas utilizadas nas práticas agrícolas, desde os sistemas tradicionais até os mais avançados. De acordo com Melo (2022), a terminologia agrícola abarca um conjunto de conceitos e práticas que se têm diversificado ao longo do tempo, abrangendo desde a agricultura familiar até o agronegócio em larga escala.

Segundo Corrêa (2018), no Brasil, uma agricultura familiar emerge como um segmento de grande relevância, não apenas por sua contribuição para a segurança alimentar da população, mas também por seu papel na preservação das práticas culturais e da biodiversidade local. A agricultura familiar, conforme ressalta Melo (2022), responde por uma parcela significativa da produção de alimentos consumidos internamente e, diferentemente da agricultura industrial, caracterizando-se pelo uso intensivo de mão de obra familiar e por práticas de cultivo que, em muitos casos, respeitam a ecologia dos biomas onde estão inseridos.

Ao longo da história brasileira, o desempenho agrícola teve um papel central na estruturação social e econômica do país. Desde o período colonial, o Brasil foi marcado pela exploração agrícola em grandes propriedades, voltadas para a monocultura de exportação, como o cultivo da cana-de-açúcar e, posteriormente, do café. Este modelo de exploração agrícola influenciou profundamente as relações de trabalho e a configuração fundiária, resultando numa concentração de terras que ainda hoje impacta o setor agrícola.

Conforme destaca Miranda (2021), a agricultura brasileira foi, por muito tempo, marcada por uma lógica de exploração que priorizava os interesses externos e deixava em segundo plano o desenvolvimento interno e o bem-estar das populações locais. No entanto, a partir da segunda metade do século XX, o país testemunhou uma série de transformações que modificaram significativamente o panorama agrícola, especialmente com a modernização das práticas e o avanço da tecnologia no campo, promovida, em grande parte, pela criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em 1973.

A agricultura familiar no Brasil, conforme enfatiza Garcia (2022), destaca-se não apenas pela sua contribuição econômica, mas também pelo papel social que desempenha, pois é responsável pela geração de empregos no campo e pela manutenção de práticas culturais e saberes tradicionais. De acordo com a Lei Federal nº 11.326/2006, que regulamenta a agricultura familiar no país, esta modalidade é caracterizada por propriedades de pequeno porte, onde a mão de obra é predominantemente familiar e a maior parte da renda é obtida das atividades econômicas desenvolvidas na própria unidade produtiva. Assim, a agricultura familiar representa uma importante fonte de sustentabilidade socioeconômica e ambiental, promovendo a conservação da biodiversidade e a diversificação dos cultivos, o que contribui para a resiliência dos sistemas agrícolas diante das mudanças climáticas.

Melo (2022) destaca que, embora a agricultura familiar represente um pilar importante do setor agrícola brasileiro, ela enfrenta desafios importantes relacionados ao acesso a tecnologias modernas, crédito e infraestrutura. Esses fatores limitam a competitividade dos pequenos produtores em relação aos grandes conglomerados do agronegócio, que fornecem recursos mais avançados e uma maior inserção nos mercados internacionais. Além disso, conforme apontado por Miranda (2021), a falta de políticas públicas eficientes e de apoio técnico adequadas restringir o potencial da agricultura familiar para se expandir e competir em pé de igualdade com a agricultura empresarial, resultando em um quadro de desigualdade e precariedade para muitos agricultores familiares.

Na atualidade, o Brasil possui um dos setores agrícolas mais avançados e diversificados do mundo, capaz de atender tanto ao mercado interno quanto ao mercado externo. Filho (2022) ressalta que a modernização da agricultura brasileira, intensificada a partir da década de 1960, impulsionou o desenvolvimento do agronegócio e posicionou o Brasil como um dos principais exportadores de commodities agrícolas, como soja, milho e carne bovina.

No entanto, essa modernização também trouxe implicações para a agricultura familiar, que muitas vezes não possui os necessários para acompanhar o ritmo acelerado de inovação e adotar tecnologias avançadas. Conforme Melo (2022), o desenvolvimento de políticas de incentivo e o fortalecimento das cooperativas e associações de agricultores são fundamentais para reduzir o abismo entre o agronegócio e a agricultura familiar, promovendo um crescimento mais equitativo e sustentável do setor agrícola no país.

A agricultura orgânica e a agroecologia são vertentes que têm ganhado espaço dentro da agricultura familiar, especialmente em resposta às preocupações crescentes com a sustentabilidade ambiental e a qualidade dos alimentos. De acordo com Miranda (2021), essas práticas valorizam o uso de técnicas que respeitam o equilíbrio ecológico, promovendo a saúde do solo e a biodiversidade. Esse tipo de comercialização direta permite aos agricultores familiares alcançar um investimento justo por seus produtos e fortalecer o vínculo entre os produtores rurais e os consumidores urbanos, promovendo a conscientização sobre a importância de uma alimentação saudável e sustentável.

2.3.1 Origem e importância da agricultura familiar

A agricultura familiar possui raízes profundas nas tradições das comunidades agrícolas de diferentes países, representando um modelo de produção em que o trabalho é majoritariamente realizado por membros da mesma família, em propriedades de pequena escala e com foco na subsistência e no mercado local. Melo (2022), ressalta que desde suas origens, esse tipo de agricultura se caracteriza por promover não apenas a segurança alimentar das populações locais, mas também por desempenhar um papel essencial na preservação de práticas culturais e no fortalecimento da coesão social em áreas rurais.

No Brasil, uma agricultura familiar ganha contornos ainda mais importantes, considerando a diversidade ambiental e cultural do país, bem como a vasta extensão territorial. De acordo com Melo (2022), a agricultura familiar é um dos principais segmentos produtivos do país, sendo responsável por uma grande parcela da produção de alimentos consumidos internamente, incluindo itens como feijão, mandioca, e hortaliças, que integram a base alimentar da população brasileiro.

Ao longo do tempo, a nomenclatura da agricultura familiar passou por diferentes interpretações e classificações, dependendo dos contextos sociais, econômicos e políticos. Conforme observa Garcia (2022), a definição de agricultura familiar inclui um conjunto de características que vão além da simples produção agrícola. Trata-se de um modelo que enfatiza a relação estreita entre a família e a terra, onde a gestão e a organização do trabalho são realizadas de forma coletiva, e o conhecimento tradicional é transmitido entre gerações. A Lei Federal nº 11.326, de 2006, define a agricultura familiar no Brasil como aquela desenvolvida em áreas de até quatro módulos fiscais e com uso majoritário de mão de obra familiar.

De acordo com Corrêa (2018), essa definição legal confere aos agricultores familiares o direito de acesso a políticas públicas específicas, que visam fomentar a sua produtividade e melhorar as suas condições de vida (GARCIA, 2022). Essa abordagem, embora recente, reforça o valor estratégico da agricultura familiar para a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável, uma vez que promove o uso consciente dos recursos naturais e fortalece a economia das comunidades locais.

Melo (2022), menciona que a importância histórica da agricultura familiar no Brasil remonta ao período colonial, quando os pequenos agricultores, muitas vezes escravizados ou mestiços, cultivavam áreas marginais às grandes plantações de

cana-de-açúcar e café, sustentando a subsistência de suas famílias e desenvolvendo técnicas agrícolas adaptadas às condições locais. Com o passar dos anos, esse modelo foi se consolidando como uma alternativa às grandes propriedades monocultoras externas às exportações.

Conforme exposto por Miranda (2021), a agricultura familiar permitiu a manutenção de uma diversidade de cultivos e saberes agrícolas, o que contribuiu para a resiliência das comunidades rurais brasileiras diante de períodos de crise e transformações econômicas. A autora enfatiza que, ao longo do século XX, uma agricultura familiar ganhou um novo papel com o crescimento urbano e industrial, pois começou a atender às demandas de alimentos frescos para as cidades, consolidando-se como um elo entre o campo e a cidade.

Com a modernização agrícola e o avanço do agronegócio, que teve início na década de 1960, Melo (2022) destaca que uma agricultura familiar foi pressionada a se adaptar às novas exigências do mercado, que exigiam maior produtividade e especialização. A criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em 1973 marcou um momento decisivo para a agricultura no Brasil, pois proporcionou o desenvolvimento de tecnologias e práticas que permitiram aumentar a produção de grãos, carnes e outras commodities para exportação. Contudo, essa modernização favoreceu principalmente os grandes produtores, gerando uma desigualdade estrutural que persiste até os dias atuais.

Melo (2022) aponta que, enquanto o agronegócio prospera com o uso intensivo de tecnologias avançadas e com acesso facilitado a financiamentos, a agricultura familiar enfrenta desafios significativos devido à falta de acesso a insumos modernos, infraestrutura adequada e políticas de incentivo que garantem a sua competitividade.

A agricultura familiar, no entanto, mantém um papel fundamental na promoção da segurança alimentar e na diversificação da dieta da população. Conforme discutido por Filho (2022), os pequenos agricultores brasileiros, ao contrário dos grandes conglomerados do agronegócio, são responsáveis pela produção de uma variedade de alimentos, o que contribui para a soberania alimentar e para a redução da dependência de alimentos.

Essa produção distribuída garante uma oferta de alimentos frescos e de qualidade, ao mesmo tempo que estimula o consumo de produtos locais e fortalece as economias regionais. Para Filho (2022), uma agricultura familiar não é apenas uma atividade econômica, mas um vetor de inclusão social e de preservação do patrimônio

cultural rural, uma vez que envolve conhecimentos tradicionais e práticas sustentáveis que respeitam o meio ambiente e promovem o equilíbrio dos ecossistemas.

Nos últimos anos, a agricultura familiar no Brasil tem enfrentado uma série de desafios, relacionados tanto à pressão do mercado quanto às mudanças climáticas, que afetam a produtividade e a sustentabilidade dos cultivos. Segundo Miranda (2021), a variabilidade climática, específica por eventos como secas e inundações, tem impactado diretamente a produção agrícola e a segurança alimentar das comunidades rurais, especialmente aquelas dependentes de recursos hídricos locais e de técnicas tradicionais de manejo do solo.

Além disso, o aumento dos custos de insumos, como fertilizantes e defensivos agrícolas, limita a capacidade dos agricultores familiares de investirem em melhorias e ampliarem sua produção. Como destaca Garcia (2022), esses desafios exigem uma abordagem integrada que inclua políticas de apoio técnico, subsídios financeiros e acesso facilitado ao crédito, permitindo que os pequenos agricultores possam adotar práticas mais resilientes e sustentáveis.

A agricultura familiar também desempenha um papel essencial na preservação da biodiversidade e no desenvolvimento de práticas agroecológicas, que visa a conservação dos recursos naturais e a promoção de uma produção agrícola sustentável. De acordo com Melo (2022), as práticas agroecológicas adotadas por muitos agricultores familiares no Brasil são recomendadas para a conservação da fauna e flora locais, além de reduzirem o uso de insumos químicos, como pesticidas e fertilizantes sintéticos.

Essas práticas promovem a saúde dos ecossistemas agrícolas e garantem a qualidade dos alimentos produzidos, fortalecendo a sustentabilidade ao longo prazo da agricultura familiar. A agroecologia, portanto, surge como uma alternativa viável para os pequenos produtores, que enfrentam dificuldades para competir com as grandes empresas do agronegócio. Como aponta Miranda (2021), o apoio a essas práticas é essencial para que um agricultor familiar possa continuar cumprindo seu papel social e ambiental, garantindo a produção de alimentos de qualidade sem comprometer os recursos naturais.

Além de sua importância econômica, a agricultura familiar no Brasil tem um papel crucial na coesão social e na preservação da cultura rural. Garcia (2022) ressalta que as práticas agrícolas familiares frequentemente envolvem saberes ancestrais transmitidos entre gerações, o que confere a essas comunidades uma

identidade cultural única e uma relação simbiótica com o meio ambiente. Essa conexão com a terra e com os ciclos naturais é um dos elementos que distinguem a agricultura familiar do agronegócio, que opera com uma lógica voltada predominantemente para o mercado e para o lucro. A preservação desses saberes e a valorização das culturas rurais são fundamentais para garantir a continuidade e a resiliência da agricultura familiar diante dos desafios contemporâneos, como as pressões do mercado global e as mudanças ambientais.

Ademais, a agricultura familiar no Brasil representa um modelo de produção que vai além do aspecto econômico, englobando valores culturais, sociais e ambientais que são essenciais para o desenvolvimento sustentável e para a segurança alimentar. Embora grandes desafios sejam significativos, a agricultura familiar continua sendo uma força vital no contexto rural brasileiro, demonstrando a importância de políticas públicas que incentivam sua permanência e valorizam suas contribuições. Para Melo (2022), o futuro da agricultura familiar depende de um esforço conjunto que inclua o governo, as organizações da sociedade civil e os próprios agricultores, promovendo um ambiente que favoreça a adoção de tecnologias sustentáveis, a capacitação e o acesso a mercados justos e solidários.

2.3.2 Dados da agricultura familiar no Brasil

A agricultura familiar é um dos pilares fundamentais para a segurança alimentar e o desenvolvimento rural no Brasil, com uma representação significativa na produção de alimentos e na empregabilidade no setor agrícola. Segundo o Censo Agropecuário de 2017, 77% dos estabelecimentos agrícolas no Brasil são classificados como de agricultura familiar, distribuídos por cerca de 80,9 milhões de hectares, o que representa aproximadamente 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários do país (Garcia, 2022).

Esse levantamento revela a dimensão territorial desenvolvida pela agricultura familiar, que, embora seja praticada em menor escala territorial, destaca-se pela sua importância econômica e social. Além disso, esses estabelecimentos empregam mais de 10 milhões de pessoas, correspondendo a 67% da força de trabalho total na agropecuária brasileira. Esses dados reforçam a relevância desse segmento não apenas como provedor de alimentos, mas também como uma importante fonte de trabalho e renda para as famílias no campo.

A produção de alimentos pela agricultura familiar no Brasil é expressiva, abrangendo uma diversidade de culturas que compõem a base alimentar da população brasileira. Dados do Censo Agropecuário mostram que, nas culturas permanentes, como café e banana, a agricultura familiar contribui com cerca de 48% do valor total da produção, enquanto em culturas temporárias a participação é ainda mais marcante, como 80% da produção de mandioca, 69% de abacaxi e 42% de feijão (GARCIA, 2022).

Esses números indicam que, além de exercer um papel essencial na segurança alimentar, a agricultura familiar promove a diversificação da produção agrícola, evitando a dependência de monoculturas e fortalecendo a resiliência alimentar do país. Esse tipo de produção é particularmente importante em um contexto de crise climática, em que uma diversidade de culturas pode ajudar a mitigar os riscos de perdas de safras e garantir a continuidade do fornecimento de alimentos.

A relevância econômica da agricultura familiar é reforçada por sua relação com políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para a aquisição de alimentos. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por exemplo, representa um dos principais mecanismos de apoio governamental à agricultura familiar. Em 2012, o PAA desembolsou aproximadamente R\$ 850 milhões, beneficiando cerca de 185 mil famílias agrícolas e permitindo a comercialização de 297 mil toneladas de alimentos, que englobavam mais de 380 itens agrícolas (MIRANDA, 2021).

Além disso, esse programa também teve um impacto social importante, atendendo a mais de 24 mil organizações sociais em todo o Brasil, o que evidencia o papel da agricultura familiar na promoção da segurança alimentar e na inclusão social (MIRANDA, 2021). Por meio do PAA, a agricultura familiar se conecta com consumidores e instituições locais, fortalecendo o circuito de comercialização e assegurando uma renda justa para os pequenos produtores.

Esses dados quantitativos também ajudam a compreender os desafios enfrentados pelo setor e a orientar políticas públicas mais eficazes. A agricultura enfrenta dificuldades específicas, como o acesso limitado ao crédito e a infraestrutura precária, que dificultam o aumento da produtividade e da competitividade dos pequenos produtores frente ao agronegócio.

Conforme destacado por Garcia (2022), a agricultura familiar tem um papel essencial na redução da pobreza e na promoção da sustentabilidade ambiental, mas necessita de políticas de apoio que facilitem o acesso a tecnologias modernas,

assistência técnica e financiamento para expansão de suas atividades. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é um exemplo de política pública que busca atender essas demandas, fornecendo crédito subsidiado e apoio técnico, mas os dados indicam que a cobertura desse programa ainda precisa ser ampliada para alcançar uma parcela maior dos agricultores.

Essa análise na agricultura familiar brasileira permite uma visão mais ampla sobre as mudanças e as tendências desse setor ao longo dos anos. Ao identificar as culturas mais cultivadas, os estados com maior concentração de estabelecimentos familiares e a evolução das políticas públicas externas para o setor, os dados importantes para a formulação de estratégias de desenvolvimento rural integradas e ajustadas às realidades regionais.

A coleta e análise de dados também são essenciais para mensurar o impacto das políticas públicas, permitindo uma avaliação contínua da efetividade dos programas de apoio e a identificação de áreas que merecem maior atenção. Como observa Miranda (2021), um familiar agrícola, apesar dos desafios, continua a ser um segmento vital para o país, e o fortalecimento das suas atividades depende da aplicação eficaz de políticas baseadas em dados que refletem a realidade vivida pelos agricultores.

Essas estatísticas e programas de apoio evidenciam que a agricultura familiar é mais do que um setor produtivo; ela representa uma solução para questões sociais e ambientais que vão além da produção agrícola. Num país com vastas desigualdades regionais, os dados mostram que a agricultura familiar tem um papel central na promoção de uma economia rural mais inclusiva e sustentável, com potencial para transformar realidades locais e fortalecer a soberania alimentar.

2.4 CONTABILIDADE AGRÍCOLA

A contabilidade agrícola constitui uma área específica e relevante da ciência contábil, voltada para o registro, análise e controle das atividades relacionadas à agricultura e à produção rural. Esta abordagem é essencial em um setor marcado por particularidades que envolvem ciclos produtivos, sazonalidades e dependência de fatores naturais. A seguir, discute-se os principais aspectos dessa área com base em estudos acadêmicos recentes.

O conceito de contabilidade rural ou agrícola é amplamente discutido na literatura. Franco (2021) destaca que a contabilidade rural compreende a aplicação de princípios contábeis às atividades produtivas do setor agrícola, abordando desde o controle de custos até a análise de rentabilidade. A importância desse sistema é evidenciada no suporte à tomada de decisões, especialmente em relação à escolha entre armazenar ou comercializar produtos no período de colheita ou na entressafra. Segundo o autor, fatores como oscilações de mercado e custos de armazenagem tornam fundamental o uso de ferramentas contábeis para garantir a competitividade e a sobrevivência do produtor rural.

Por outro lado, a pesquisa de Freire (2019) explora a implementação da Norma Contabilística e de Relato Financeiro 17 (NCRF 17), que regula o reconhecimento, a mensuração e a divulgação de ativos biológicos. Essa norma destaca a necessidade de classificar corretamente os ativos biológicos e mensurá-los a justo valor, um aspecto essencial para garantir a precisão e a transparência das informações financeiras no setor. A aplicação da NCRF 17 é um desafio para os pequenos agricultores, que muitas vezes carecem de capacitação ou acesso a profissionais qualificados na área contábil.

Em um estudo focado nos desafios enfrentados pelas empresas agrícolas, Milheiro (2022) enfatiza as limitações das normativas contábeis locais, como o Plano Geral de Contabilidade Angolano (PGCA), que não incorpora critérios claros para o reconhecimento e mensuração de ativos biológicos. Isso resulta em práticas inadequadas de classificação e controle desses ativos, comprometendo a precisão das informações contábeis e a capacidade de planejamento dos produtores. A adoção de padrões internacionais, como a IAS 41, é apontada como uma solução viável para superar esses desafios.

Outro ponto relevante está presente na pesquisa de Silva et al. (2019), que examina a realidade de pequenos agricultores no município de Tanque D'Arca, Alagoas. Os autores destacam a carência de informações contábeis e gerenciais entre os pequenos produtores rurais, que geralmente não utilizam técnicas sistemáticas de controle financeiro. Isso é atribuído à percepção de que a contabilidade é uma ferramenta complexa e pouco acessível. Apesar disso, enfatiza-se que a contabilidade rural é essencial para mensurar custos, formar preços de venda e evidenciar a produção, proporcionando melhorias significativas na rentabilidade e na eficiência das operações.

De forma complementar, Wendpap (2019) investigou a percepção de agricultores familiares em relação ao uso da contabilidade rural como ferramenta de controle gerencial. Os resultados indicaram a ausência de sistemas de controle em muitas propriedades e, quando existentes, eram frequentemente inadequados. A autora aponta que a implementação de sistemas de gestão contábil poderia ampliar a capacidade de planejamento e investimento dos produtores, alavancando lucros e garantindo maior sustentabilidade financeira.

Dessa forma, os estudos analisados ressaltam a relevância da contabilidade agrícola como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento do setor rural. Apesar dos desafios identificados, como a falta de conhecimento ou infraestrutura adequada, fica claro que a implementação de sistemas contábeis pode trazer benefícios significativos para agricultores de diferentes escalas. Assim, a promoção de capacitação e o acesso a consultoria contábil devem ser priorizados como estratégias para fortalecer o setor agrícola e promover o desenvolvimento sustentável.

2.4.1 Demonstrações contábeis

As Demonstrações Contábeis constituem ferramentas indispensáveis no processo de gestão empresarial, representando um instrumento fundamental para a comunicação das informações financeiras e patrimoniais das entidades. Elas cumprem um papel central ao proporcionar uma base confiável para a tomada de decisões econômicas e financeiras, tanto internamente, pelos gestores e colaboradores, quanto externamente, por investidores, credores e outros stakeholders.

De acordo com os princípios da contabilidade, as demonstrações financeiras devem ser elaboradas de forma a refletir a realidade econômica da entidade, garantindo sua fidedignidade e relevância. Conforme apresentado por Freire (2019), as Demonstrações Contábeis possuem a função de evidenciar os resultados e a posição financeira de uma organização, orientando gestores na condução de suas atividades e permitindo que stakeholders externos possam avaliar o desempenho empresarial. Esse processo depende diretamente do cumprimento de normas e padrões contábeis, como as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que buscam a harmonização e comparabilidade das informações contábeis.

No contexto da contabilidade agrícola, destacam-se especificidades que demandam atenção dos profissionais contábeis, sobretudo em relação à mensuração e reconhecimento dos ativos biológicos e produtos agrícolas. Como salienta Milheiro (2022), a aplicação de normas contábeis no setor agrícola enfrenta desafios significativos devido às peculiaridades dessa atividade, como a sazonalidade da produção e a influência de fatores naturais. A International Accounting Standard (IAS) 41 trouxe avanços ao definir critérios para o reconhecimento e mensuração de ativos biológicos e produtos agrícolas no ponto de colheita, promovendo maior clareza e uniformidade nos registros contábeis.

Por outro lado, a adoção de práticas contábeis adequadas ainda é limitada em muitas propriedades rurais, como observado por Silva et al. (2019). Pequenos produtores enfrentam barreiras significativas, como o desconhecimento da importância das práticas contábeis e a ausência de controles sistemáticos. Nesse contexto, a contabilidade rural assume uma relevância particular como ferramenta estratégica para o planejamento e gestão financeira das propriedades agrícolas, permitindo um controle mais eficaz dos custos e uma maior precisão na formação de preços e no monitoramento da rentabilidade.

Wendpap (2019) reforça que a contabilidade gerencial, quando aplicada ao ambiente rural, oferece subsídios indispensáveis para a identificação de oportunidades de melhoria nos processos produtivos e para a otimização dos recursos disponíveis. No entanto, essa potencialidade contrasta com a precariedade de sua aplicação prática em muitas propriedades, onde predominam métodos empíricos e informais de gestão financeira. Essa lacuna evidencia a necessidade de políticas públicas e iniciativas educacionais voltadas à capacitação de agricultores para o uso de ferramentas contábeis.

Freire (2019) ainda destaca a importância da transparência nas demonstrações contábeis para as cooperativas agrícolas, ressaltando que a clareza e a acessibilidade das informações financeiras contribuem para fortalecer a confiança dos associados e melhorar a tomada de decisão coletiva. As cooperativas, por sua natureza, dependem de uma gestão democrática, na qual todos os membros devem ter acesso a informações financeiras consistentes e compreensíveis para participarem ativamente dos processos decisórios.

No âmbito mais amplo, a contabilidade rural também desempenha um papel crucial na formulação de políticas públicas e no planejamento econômico. De acordo

com Franco (2021), a coleta e a análise de dados financeiros das propriedades agrícolas são essenciais para o desenvolvimento de estratégias que promovam a sustentabilidade e a competitividade do agronegócio. A utilização de indicadores financeiros e de desempenho baseados em dados contábeis permite uma avaliação mais precisa da saúde econômica do setor e de sua contribuição para a economia nacional.

Assim, as Demonstrações Contábeis se configuram como um pilar fundamental para a gestão eficaz das organizações, contribuindo não apenas para o controle interno, mas também para a comunicação e a transparência perante a sociedade. O avanço na sua aplicação, especialmente no setor agrícola, depende de esforços conjuntos para superar as barreiras existentes e promover uma cultura de gestão baseada em dados e em boas práticas contábeis.

2.4.2 Análise das demonstrações

A análise das demonstrações financeiras é uma ferramenta essencial para avaliar a saúde e o desempenho de qualquer empreendimento, especialmente no setor agrícola, onde as variáveis econômicas e operacionais são dinâmicas e, por vezes, imprevisíveis. Diferente de outras formas de análise, as demonstrações financeiras permitem uma visão consolidada e histórica da operação, oferecendo uma base sólida para o planejamento futuro. De acordo com Almeida (2012), o objetivo principal dessa análise é não apenas compreender a posição financeira atual da empresa, mas também fazer previsões acuradas sobre seu desempenho futuro, a partir da avaliação de suas operações passadas.

Quando comparado às análises mais focadas em capital de giro ou fluxo de caixa, o uso das demonstrações financeiras apresenta uma abordagem mais holística, como mencionado por Trajano e Anjos (2021). Esses autores destacam que a precisão dos registros financeiros é crucial para identificar padrões e tendências, tanto em receitas quanto em despesas. No contexto do agronegócio, onde fatores externos como clima e variação dos preços das commodities afetam diretamente os resultados, a atualização regular das demonstrações financeiras torna-se vital para assegurar que os gestores possam tomar decisões informadas e estratégicas. Portanto, além de servir como uma "fotografia" da situação financeira, essas demonstrações fornecem insights valiosos sobre como otimizar operações.

Além disso, o uso dessas demonstrações vai além da simples contabilização de ativos e passivos. Elas possibilitam uma análise detalhada de onde as receitas estão sendo geradas e como as despesas são distribuídas ao longo do ciclo operacional, permitindo um planejamento financeiro mais eficiente e preciso. Comparando as opiniões de Almeida (2012) com as de Trajano e Anjos (2021), percebe-se que, enquanto o primeiro enfatiza a capacidade de prever o futuro financeiro com base em operações passadas, os últimos reforçam a importância de usar essas informações como uma ferramenta ativa de gestão, ajustando-se a condições flutuantes de mercado.

Portanto, no agronegócio, a análise das demonstrações financeiras se torna uma peça-chave para garantir a continuidade e a sustentabilidade do negócio. Ao fornecer uma visão clara e objetiva dos resultados, essa prática permite que os gestores identifiquem tanto oportunidades quanto áreas problemáticas, facilitando o ajuste de estratégias de maneira mais assertiva e garantindo que o empreendimento rural se mantenha competitivo.

A análise da gestão do lucro no agronegócio desempenha um papel crucial para que o contador rural forneça informações estratégicas sobre a verdadeira rentabilidade da empresa. Não basta apenas observar o lucro bruto; é necessário entender a qualidade e a sustentabilidade desse lucro para garantir a saúde financeira da organização. Ulrich (2019) destaca que, frequentemente, os gerentes podem relatar lucros exagerados, o que cria a necessidade de uma análise mais aprofundada para verificar a veracidade desses números. Isso é particularmente relevante no agronegócio, onde as variáveis externas, como o clima e os preços de commodities, podem distorcer a percepção dos resultados financeiros.

Ao comparar a visão de Ulrich (2019) com a de Vieira (2018), pode-se perceber que enquanto o primeiro foca na necessidade de desmistificar os relatórios gerenciais e trazer clareza sobre os lucros reais, Vieira acrescenta que essa análise não é apenas quantitativa. Ela também deve ser qualitativa, ajudando os líderes empresariais a identificar as fontes mais confiáveis de informação. No contexto do agronegócio, onde as margens de lucro podem ser voláteis, a capacidade de selecionar dados confiáveis para tomada de decisões estratégicas é vital. Vieira (2018) reforça que essa prática auxilia na escolha de soluções de planejamento de recursos, o que se torna essencial em um setor que lida com altos níveis de incerteza.

A análise de lucratividade vai além de simplesmente identificar onde os lucros estão sendo gerados; ela é uma ferramenta que proporciona uma visão holística do negócio. Ao identificar as áreas que geram maior retorno, os gestores podem otimizar processos e cortar custos desnecessários. Essa abordagem cria um ciclo de eficiência, no qual as operações são constantemente ajustadas para maximizar a rentabilidade. A comparação entre os autores evidencia que, embora Ulrich (2019) enfoque a importância de uma análise detalhada e realista dos lucros, Vieira (2018) vai além, ressaltando o valor de integrar essas informações ao planejamento estratégico global, garantindo decisões mais precisas e embasadas.

Portanto, a análise da gestão do lucro é fundamental para que o agronegócio atinja uma performance sustentável. Além de permitir um entendimento profundo da rentabilidade, essa prática desafia os gestores a buscar continuamente formas de melhorar suas operações. Dessa forma, a análise da gestão do lucro se transforma em uma ferramenta estratégica, não apenas para garantir o sucesso a curto prazo, mas também para sustentar o crescimento contínuo do agronegócio em um ambiente econômico incerto.

A avaliação do desempenho empresarial é uma prática essencial para garantir a eficiência e o crescimento sustentável das empresas, especialmente no setor agrícola, onde as variáveis de mercado e produção podem ser extremamente voláteis. Realizar uma análise detalhada do desempenho financeiro, como sugerido por Rabelo (2019), permite que os gestores compreendam a real situação financeira do negócio e identifiquem os pontos fortes e fracos que precisam ser abordados. O uso de indicadores como liquidez geral, corrente e seca, bem como a análise de rentabilidade, fornecem uma visão clara da capacidade da empresa de enfrentar compromissos financeiros e de gerar retorno sobre os investimentos.

Comparando a visão de Rabelo (2019) com a de Trajano e Anjos (2021), podemos notar que ambos enfatizam a importância da gestão de desempenho para garantir o sucesso a longo prazo, mas Trajano e Anjos colocam maior ênfase na aplicação de modelos estratégicos e técnicas diferenciadoras para alcançar vantagem competitiva. Enquanto Rabelo se concentra nos aspectos mais financeiros da gestão, Trajano e Anjos abordam uma visão mais abrangente, que inclui o desenvolvimento das equipes e a integração de métodos inovadores para melhorar a performance organizacional. Essa diferença de abordagem revela que, embora a análise financeira

seja um ponto crucial, o sucesso empresarial também depende de uma gestão integrada e estratégica de todos os níveis da organização.

Almeida (2012) também reforça a importância da avaliação de negócios, argumentando que ela oferece uma análise imparcial e objetiva, crucial para que os empresários identifiquem os obstáculos ao crescimento e as oportunidades para melhorar o desempenho. No agronegócio, essa avaliação é ainda mais relevante devido à dependência de fatores externos, como as condições climáticas e os preços de commodities. A análise dos índices financeiros após a colheita, como a liquidez e a rentabilidade, é fundamental para que o agricultor possa tomar decisões mais informadas sobre a comercialização de grãos ou o armazenamento para vendas futuras.

Dessa forma, ao comparar as opiniões de Almeida (2012) e Rabelo (2019), pode-se observar que ambos reconhecem a importância da avaliação financeira, mas enquanto Rabelo foca nos índices como ferramentas de diagnóstico, Almeida expande a análise para incluir o impacto estratégico dessas decisões no futuro da empresa. Essa convergência de ideias demonstra que uma avaliação de desempenho empresarial eficaz requer não apenas uma análise precisa dos indicadores financeiros, mas também a compreensão das implicações dessas métricas para o planejamento estratégico do negócio.

Assim, a análise de desempenho no agronegócio permite que os empresários utilizem essas informações para otimizar operações, reduzir custos e melhorar a lucratividade. A gestão financeira adequada, que inclui o uso inteligente de indicadores de liquidez e rentabilidade, facilita a tomada de decisões estratégicas que garantem o sucesso contínuo da empresa no mercado. Em última análise, a combinação de uma avaliação rigorosa com a aplicação de técnicas estratégicas proporciona uma base sólida para que os gestores enfrentem os desafios e maximizem o potencial de crescimento do agronegócio.

2.4.3 Fluxo de caixa

No contexto da gestão do agronegócio, o fluxo de caixa é uma das ferramentas mais valiosas para garantir o controle financeiro e a sustentabilidade das operações. Conforme Zdanowicz (2009) aponta, o fluxo de caixa se destaca como um instrumento essencial que permite ao administrador financeiro planejar e coordenar os recursos

da empresa, assegurando que as operações sejam bem geridas em um período específico. Essa ferramenta vai além do simples registro de transações financeiras, tornando-se um mecanismo estratégico que possibilita uma visão clara da saúde financeira do negócio.

Ao comparar as visões de Zdanowicz (2009) e Nascimento (2018), observa-se que ambos os autores reconhecem a importância do fluxo de caixa, mas com ênfases distintas. Enquanto Zdanowicz destaca seu uso como uma ferramenta de gestão abrangente, que abarca desde o planejamento até o controle dos recursos financeiros, Nascimento (2018) enfatiza a dupla função do fluxo de caixa: acompanhar as entradas e saídas de dinheiro e, por meio dos orçamentos de fluxo de caixa, permitir previsões mais precisas sobre o comportamento financeiro futuro do negócio. Essa perspectiva evidencia a flexibilidade do fluxo de caixa, que pode ser utilizado tanto para analisar a situação atual da empresa quanto para projetar suas necessidades financeiras futuras.

Essa capacidade de prever e planejar, fundamental no agronegócio, confere ao empresário rural uma vantagem competitiva. O uso estratégico do fluxo de caixa permite que o gestor alinhe os recursos disponíveis com as exigências do ciclo produtivo, considerando, por exemplo, o ano safra e as variações sazonais que impactam diretamente as receitas e despesas. Ao integrar o fluxo de caixa com o controle patrimonial, o empresário pode tomar decisões mais informadas sobre o uso dos recursos, maximizando a eficiência operacional.

Além disso, o fluxo de caixa possibilita uma junção estratégica entre o patrimônio da propriedade e as receitas e despesas. Essa interligação é crucial para o agronegócio, onde a imprevisibilidade de fatores externos, como o clima e os preços das commodities, pode influenciar diretamente o desempenho financeiro. Assim, ao realizar um controle eficiente do fluxo de caixa, o empresário rural consegue não apenas gerenciar suas operações no curto prazo, mas também preparar a empresa para responder às incertezas do mercado.

Ao final, fica evidente que o fluxo de caixa se consolida como uma ferramenta indispensável na gestão financeira do agronegócio. Sua flexibilidade, que permite tanto o acompanhamento detalhado das transações financeiras quanto o planejamento estratégico futuro, faz dele um recurso fundamental para garantir que as operações sejam sustentáveis e rentáveis. A comparação entre Zdanowicz (2009) e Nascimento (2018) ilustra como essa ferramenta pode ser aplicada de diferentes

maneiras, mas sempre com o objetivo de fortalecer a capacidade de gestão e promover a longevidade das atividades agrícolas.

2.4.4 Ferramentas estratégicas de apoio a gestão do agronegócio

A adoção de Ferramentas Estratégicas (FE) no planejamento e na gestão das organizações, especialmente no agronegócio, tornou-se essencial para garantir eficiência e competitividade em um ambiente marcado por incertezas e variações de mercado. Conforme Bellamy et al. (2019) destacam, as FE não apenas estimulam o pensamento crítico e promovem uma análise mais rigorosa dos fatos, como também exigem dos gestores uma compreensão mais profunda das situações, ajudando a evitar decisões baseadas em suposições superficiais. Esses instrumentos estratégicos favorecem a criação de critérios claros de decisão, tornando os gestores mais preparados para lidar com os desafios do ambiente corporativo. Dessa forma, as FE se apresentam como ferramentas indispensáveis para estruturar o pensamento estratégico e alinhar as ações empresariais aos objetivos organizacionais.

Entretanto, é importante que as organizações selecionem com cuidado as ferramentas que mais se adequam às suas necessidades específicas. Roper e Hodari (2016) advertem que a utilidade dessas ferramentas pode ser comprometida se os gestores adotarem uma abordagem desestruturada ou resistirem à mudança no processo de pensamento estratégico. A escolha inadequada de ferramentas pode levar ao desperdício de tempo e recursos, além de provocar resultados adversos. O planejamento estratégico, quando mal conduzido, pode resultar em perda de foco e, em última instância, prejudicar a capacidade da organização de atingir seus objetivos.

Quando analisamos o contexto específico do agronegócio, a importância das FE se torna ainda mais evidente. Vorpagel et al. (2017) observam que o setor rural enfrenta particularidades, como os altos custos da atividade agropecuária e as constantes oscilações de mercado, que tornam essencial o domínio de ferramentas de apoio à gestão. Nesse ambiente, o uso de FE auxilia os empresários rurais na administração eficiente dos recursos e na formulação de estratégias que possam garantir a continuidade e o crescimento do negócio. A contabilidade rural, como parte desse processo, assume um papel estratégico ao permitir a organização das finanças e a otimização do uso de recursos, proporcionando uma visão clara do desempenho econômico das operações.

Ao comparar as contribuições de Bellamy et al. (2019) e Vorpapel et al. (2017), observa-se que, embora ambos os autores reconheçam o valor das FE para a tomada de decisões, o contexto do agronegócio apresenta desafios específicos que exigem uma adaptação dessas ferramentas às particularidades do setor. Bellamy et al. focam nos benefícios gerais das FE para qualquer organização, enquanto Vorpapel et al. enfatizam a necessidade de os empresários rurais não apenas conhecerem essas ferramentas, mas também dominarem técnicas de produção e controle de custos para que possam responder às flutuações do mercado e às incertezas da atividade agropecuária.

Portanto, é crucial que o empresário rural desenvolva conhecimento e habilidades que transcendam a simples aplicação de técnicas produtivas. A gestão estratégica requer uma visão abrangente que inclua o entendimento das condições de mercado, o controle eficaz dos custos e a capacidade de usar dados e ferramentas estratégicas para orientar decisões operacionais e financeiras. Assim, ao detalhar os instrumentos de ferramenta estratégica aplicáveis ao agronegócio, torna-se evidente que o sucesso nesse setor depende não apenas do conhecimento técnico, mas também de uma abordagem gerencial bem fundamentada e estratégica.

Nesse sentido, a integração de FE no agronegócio fortalece a capacidade de os empresários rurais tomarem decisões mais embasadas e eficazes, especialmente em um cenário cada vez mais competitivo e dinâmico. Essas ferramentas são fundamentais para garantir que os gestores possam responder adequadamente às demandas de um mercado em constante mudança, promovendo a sustentabilidade e o crescimento de suas operações ao longo do tempo.

3 METODOLOGIA

3.1 LOCAL DE PESQUISA

A pesquisa foi realizada na cidade de Itaituba, localizada na região oeste do estado do Pará, que se destaca pela importância logística na integração econômica e no escoamento de produtos estratégicos, especialmente os de base mineral e agrícola. Conforme se observa na figura 1.



Figura 1- Localização de Itaituba-PA. Fonte: Google Mapas (2024)

Conforme apontam Macêdo e Júnior (2019), Itaituba, localizada no estado do Pará, apresenta uma história singular em relação aos seus meios de transporte. Situada às margens do rio Tapajós, o transporte fluvial tem sido a principal forma de conexão da cidade com outras regiões desde os tempos coloniais. As embarcações, que variam de pequenas canoas a grandes barcos de carga, desempenharam um papel crucial no transporte de pessoas e mercadorias, sendo fundamentais para a economia local.

3.2 TIPO DE ESTUDO

O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa de campo com abordagem exploratória e qualitativa, realizada no município de Itaituba, Pará. O objetivo principal foi analisar a aplicação da contabilidade rural na gestão de uma

propriedade agrícola familiar, considerando suas práticas, desafios e possibilidades de melhorias.

De acordo com Teixeira (2011), uma pesquisa de campo permite compreender específicas em seus ambientes reais, oferecendo uma análise profunda e contextualizada. A abordagem qualitativa foi escolhida para permitir uma análise detalhada das informações fornecidas pelos participantes, garantindo uma interpretação ampla e contextualizada dos dados.

O estudo exploratório foi essencial devido à escassez de registros contábeis na propriedade em questão, possibilitando a identificação de lacunas e a proposição de práticas que podem ser inovadoras para melhorar a gestão e a organização financeira.

3.3 LOCAL DA AMOSTRA

A pesquisa foi realizada em uma propriedade agrícola familiar denominada Sítio Boa Esperança, localizada no município de Itaituba, Pará. Como se observa na imagem a seguir.



Figura 2- Sítio Boa Esperança. Fonte: Arquivo pessoal (2025)

O local de pesquisa consiste em uma pequena propriedade cuja principal atividade econômica é a compra e venda de bovinos (figura 3), além do cultivo de mandioca (figura 4), com produção e comércio de farinha. A família que administra o

sítio não costuma realizar registros formais de atividades econômicas, o que torna o tema da contabilidade rural particularmente relevante para este contexto.



Figura 3- Criação de bovinos do Sítio Boa Esperança. Fonte: Arquivo pessoal (2025)

Na Figura 3, observa-se o rebanho bovino da propriedade. A atividade de compra e venda de bovinos ocorre de maneira tradicional, sem registros contábeis formais. A comercialização do gado é feita, em sua maioria, por meio de negociações diretas com compradores locais.

A seguir, tem-se a figura 4, é possível visualizar o cultivo de mandioca, outra atividade econômica essencial para o sustento da família.



Figura 4- Plantação de mandioca do Sítio Boa Esperança. Fonte: Arquivo pessoal (2025)

A mandioca do Sítio Boa Esperança é transformada em farinha, um produto amplamente consumido na região e comercializado em feiras e mercados locais.

3.4 INSTRUMENTO E COLETA DE DADOS

O instrumento utilizado para coleta de dados foi um roteiro de entrevista (Apêndice A), composto por 17 perguntas, distribuídas da seguinte forma: 5 perguntas abertas, para explorar as percepções e experiências dos participantes com maior profundidade; 12 perguntas fechadas, com opções de múltipla escolha, para facilitar a tabulação e análise das respostas.

O roteiro de entrevista foi aplicado de forma presencial, respeitando o contexto e o ritmo da família, de modo a permitir uma comunicação clara e compreensível. As perguntas abordaram temas como práticas contábeis existentes, impactos percebidos da contabilidade na gestão da propriedade e desafios enfrentados para implementação de controles financeiros.

A amostra foi selecionada de forma não probabilística, tendo como principal respondente o responsável pela propriedade, por ser uma pessoa com conhecimento direto e detalhado sobre a gestão na propriedade familiar.

A coleta de dados ocorreu durante uma visita à propriedade, criando um ambiente de diálogo aberto e descontraído, de forma a respostas incentivos sinceros e apresentados por parte dos participantes.

3.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

As respostas obtidas no roteiro de entrevista foram organizadas qualitativamente. As perguntas abertas foram categorizadas para identificar padrões relevantes. Já as perguntas fechadas foram tabuladas, permitindo uma análise descritiva dos dados e facilitando a identificação de tendências e práticas predominantes.

O foco principal da análise foi compreender como a contabilidade pode ser aplicada na gestão da propriedade e propor recomendações práticas com base nas lacunas identificadas.

3.5 ASPECTOS ÉTICOS

O presente estudo respeita os princípios éticos estabelecidos pela Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012, garantindo a integridade e a autonomia dos participantes. Antes do uso do roteiro de entrevista, foi apresentado e recebido o

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – (APÊNDICE B), contendo informações claras sobre os objetivos da pesquisa e o uso dos dados coletados.

Foi garantido o sigilo e a confidencialidade das informações pessoais dos participantes, que foram utilizadas exclusivamente para os fins definidos na pesquisa. O armazenamento seguro dos dados foi priorizado, restringindo o acesso apenas aos pesquisadores diretamente envolvidos no estudo. O compromisso com a ética e a transparência permeou todas as etapas do trabalho, garantindo que os resultados obtidos refletissem fielmente as dinâmicas da propriedade pesquisada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 PERFIL

O entrevistado da pesquisa é um agricultor de 63 anos de idade, residente e trabalhador na propriedade há mais de 30 anos. Com grau de escolaridade não alfabetizado, ele desempenha suas atividades na propriedade familiar localizada no município de Itaituba, Pará.

4.2 APLICAÇÃO DA CONTABILIDADE RURAL NA GESTÃO DA PROPRIEDADE AGRÍCOLA FAMILIAR SÍTIO BOA ESPERANÇA

O participante entrevistado relatou que não adota nenhum tipo de controle contábil na gestão da propriedade. Durante a entrevista, foi possível constatar que não há registros sistematizados relacionados a receitas, despesas, compras, vendas, estoques, emissão de notas fiscais ou planejamento orçamentário. O entrevistado também afirmou não realizar registros contábeis com qualquer frequência, o que reforça a inexistência de práticas organizadas de controle financeiro no contexto da propriedade agrícola familiar.

A ausência de registros contábeis observada na entrevista reflete uma realidade amplamente identificada entre pequenos produtores rurais brasileiros, sobretudo no âmbito da agricultura familiar. Silva et al. (2019) evidenciam que a contabilidade rural permanece pouco difundida nas práticas gerenciais das pequenas propriedades, seja pela carência de conhecimento técnico por parte dos produtores, seja pelo desinteresse dos profissionais contábeis em adaptar ferramentas contábeis à realidade rural. Tal lacuna dificulta o planejamento estratégico e prejudica decisões gerenciais fundamentadas, comprometendo a eficiência e a sustentabilidade do negócio agrícola.

Wendpap (2019) complementa essa análise ao destacar que muitos produtores enxergam a contabilidade apenas como uma exigência burocrática, restrita à emissão de notas fiscais e declarações tributárias. Essa percepção limita a aplicação da contabilidade como ferramenta gerencial e contribui para a invisibilidade de aspectos essenciais como controle de custos, organização das finanças e planejamento de investimentos.

Outro ponto enfatizado pela entrevista é o impacto direto da ausência de controle contábil sobre a competitividade e sustentabilidade das propriedades familiares. Conforme Freire (2019), a adoção de práticas contábeis favorece a tomada de decisões estratégicas e fortalece a capacidade de enfrentamento a instabilidades econômicas e ambientais. Sem registros adequados, os produtores permanecem vulneráveis a decisões baseadas na intuição, dificultando o crescimento sustentável da atividade rural.

Dessa forma, os dados obtidos na entrevista refletem barreiras culturais e estruturais que ainda dificultam a incorporação da contabilidade rural em propriedades de pequeno porte. Milheiro (2022) sugere que a simplificação dos instrumentos contábeis, associada a estratégias de formação acessível, pode favorecer a inclusão de práticas contábeis na rotina dos agricultores, promovendo uma gestão mais eficiente, autônoma e conectada à sustentabilidade econômica da agricultura familiar.

4.3 PRÁTICAS CONTÁBEIS UTILIZADAS E OS IMPACTOS DA CONTABILIDADE NA GESTÃO DIÁRIA DA PROPRIEDADE

O participante entrevistado afirmou que não utiliza nenhum tipo de controle contábil na gestão da propriedade. Não são realizados registros relacionados a receitas, despesas, compras, vendas, estoques, emissão de notas fiscais ou planejamento orçamentário. Além disso, o entrevistado confirmou que não realiza registros contábeis com qualquer frequência, reforçando que essas práticas não são implementadas na gestão da propriedade.

A ausência de controle contábil na gestão da propriedade agrícola familiar relatada na entrevista reflete uma realidade comum entre pequenos produtores rurais no Brasil, especialmente no contexto da agricultura familiar. Silva et al. (2019) destacam que a contabilidade rural é escassa nas práticas gerenciais de pequenas propriedades. Isso ocorre devido à falta de conhecimento técnico e ao desinteresse tanto dos agricultores quanto dos contadores em implementar ferramentas contábeis adaptadas a essa realidade. Essa ausência de registros dificulta o planejamento e a tomada de decisões fundamentadas, comprometendo a eficiência e o crescimento sustentável da atividade rural.

Além disso, Wendpap (2019) aponta que muitos produtores rurais não percebem a contabilidade como uma ferramenta útil para gestão, restringindo sua aplicação apenas a obrigações fiscais, como emissão de notas fiscais e declarações tributárias. Esse cenário reforça a desconexão entre as práticas contábeis e os benefícios que poderiam trazer ao gerenciamento da propriedade, como controle de custos, separação de receitas e despesas e planejamento de investimentos.

Outro ponto importante é o impacto da ausência de registros contábeis na competitividade e sustentabilidade das propriedades. Freire (2019) enfatiza que a adoção de práticas contábeis pode ajudar os produtores a enfrentar desafios econômicos e organizacionais, permitindo uma visão mais clara sobre a viabilidade financeira de suas atividades. Sem esses registros, os agricultores estão mais suscetíveis a decisões inadequadas e à falta de preparo para lidar com oscilações de mercado ou condições climáticas adversas.

Dessa forma, o relato do entrevistado está alinhado às barreiras estruturais e culturais que permeiam a implementação da contabilidade rural em pequenas propriedades. Estudos como os de Milheiro (2022) sugerem que simplificar os processos contábeis e oferecer capacitação acessível podem ser estratégias eficazes para mitigar essas dificuldades e incentivar a adoção de práticas contábeis como suporte indispensável à gestão e à sustentabilidade econômica da agricultura familiar.

O entrevistado afirmou que não acredita que o uso de práticas contábeis impacte a tomada de decisões na gestão da propriedade. Esse posicionamento revela uma ausência de conexão percebida entre a contabilidade e a administração da propriedade, o que pode ser atribuído à inexistência de práticas contábeis formais, conforme indicado anteriormente.

A percepção do entrevistado de que o uso de práticas contábeis não impacta a tomada de decisões reflete uma realidade que, segundo Silva et al. (2019), é comum entre pequenos agricultores. Isso ocorre frequentemente devido à falta de familiaridade com os conceitos e benefícios da contabilidade rural, o que limita sua adoção e impede que os agricultores enxerguem o potencial dessa ferramenta na organização e planejamento das atividades econômicas.

Wendpap (2019) destaca que muitos agricultores percebem a contabilidade apenas como um mecanismo burocrático ou restrito ao cumprimento de obrigações fiscais, sem reconhecer seu papel estratégico na melhoria da eficiência e na sustentabilidade da gestão. Essa desconexão evidencia a necessidade de programas

de conscientização e capacitação que demonstrem como a contabilidade pode ser utilizada para tomar decisões mais informadas e reduzir incertezas no ambiente rural.

Além disso, Freire (2019) argumenta que a ausência de práticas contábeis formais dificulta a avaliação precisa da saúde financeira da propriedade, comprometendo o planejamento de longo prazo e a capacidade de reagir a imprevistos. Sem registros organizados, o gestor tende a confiar exclusivamente na experiência prática, o que pode levar a decisões menos fundamentadas.

A literatura também enfatiza que a falta de percepção sobre os benefícios da contabilidade está relacionada à ausência de suporte técnico e de ferramentas adaptadas à realidade dos pequenos agricultores. Milheiro (2022) aponta que o desenvolvimento de métodos simplificados e o fornecimento de assistência técnica acessível podem ajudar a reduzir essa barreira, demonstrando o impacto positivo da contabilidade na gestão e na lucratividade da propriedade.

Garcia (2022) reforça que, ao implementar práticas contábeis básicas, os agricultores podem obter uma visão mais clara de suas operações, facilitando a identificação de oportunidades de melhoria e a mitigação de riscos. Assim, a percepção registrada na entrevista pode ser compreendida como resultado de uma lacuna de informação e acessibilidade, que ainda persiste em muitos contextos de agricultura familiar.

Ao ser questionado sobre as áreas onde a contabilidade poderia contribuir para a gestão da propriedade (como controle de custos, decisões de compra de insumos, planejamento de produção ou comercialização de produtos), o entrevistado não identificou nenhuma das alternativas. Isso reforça a desconexão entre o agricultor e a compreensão dos benefícios potenciais que a contabilidade poderia oferecer no gerenciamento da propriedade.

O fato de o entrevistado não reconhecer áreas específicas de contribuição contábil evidencia uma distância significativa entre ele e o potencial estratégico dessa ferramenta. Conforme apontado por Silva et al. (2019), essa falta de compreensão é um reflexo comum entre pequenos produtores rurais, que frequentemente não associam as práticas contábeis ao controle financeiro e à otimização das operações.

Wendpap (2019) ressalta que muitos agricultores veem a contabilidade apenas como um instrumento burocrático ou fiscal, sem perceber suas aplicações práticas na gestão do negócio. A ausência de percepção sobre os benefícios em áreas como controle de custos, planejamento e comercialização de produtos resulta em decisões

baseadas exclusivamente em experiências práticas, que podem ser limitadas em termos de alcance estratégico.

Freire (2019) acrescenta que essa lacuna de entendimento pode ser atribuída à falta de acesso a treinamentos específicos e à inexistência de ferramentas contábeis adaptadas à realidade dos pequenos agricultores. Sem suporte técnico ou métodos simplificados, é difícil para esses produtores relacionarem a contabilidade ao aumento da eficiência e à redução de riscos.

Além disso, Milheiro (2022) destaca que a ausência de registros contábeis dificulta a visualização clara da situação financeira da propriedade, comprometendo o planejamento e as decisões estratégicas. A contabilidade, se adequadamente aplicada, poderia fornecer informações fundamentais para o controle do fluxo de caixa, a análise de custos de produção e a previsão de investimentos — mas essa conexão ainda não é clara para muitos produtores.

Garcia (2022) sublinha que a implementação de práticas contábeis, mesmo em formatos simplificados, pode transformar significativamente a capacidade de gestão dos agricultores familiares, permitindo maior controle sobre os recursos financeiros. Assim, a ausência de respostas na entrevista sobre áreas de contribuição da contabilidade reflete uma oportunidade essencial de educação e capacitação nesse campo.

Na entrevista, foram apontadas como principais dificuldades enfrentadas para implementar práticas contábeis a “falta de conhecimento técnico” e a percepção de que “a contabilidade parece muito complexa”. Isso demonstra que o entrevistado reconhece barreiras significativas à adoção da contabilidade, especialmente no que diz respeito à necessidade de capacitação e à simplificação de processos.

Essas dificuldades relatadas refletem uma realidade recorrente em propriedades rurais de pequeno porte. Segundo Silva et al. (2019), a ausência de capacitação e suporte técnico constitui uma das barreiras estruturais mais relevantes para a adoção da contabilidade rural. Pequenos agricultores, muitas vezes inseridos em contextos de baixa escolaridade e com recursos limitados, enfrentam desafios para compreender e aplicar ferramentas contábeis.

Wendpap (2019) reforça que a complexidade percebida da contabilidade está relacionada à falta de adaptação das ferramentas contábeis à realidade dos pequenos produtores. As práticas e terminologias elaboradas para grandes empresas tornam-se inacessíveis à agricultura familiar, gerando resistência à sua adoção.

Freire (2019) argumenta que, além da falta de conhecimento, a carência de treinamento específico é um fator crítico. Os agricultores frequentemente não têm acesso a programas educacionais que demonstrem, de forma prática, como a contabilidade pode ser uma aliada na gestão da propriedade.

Milheiro (2022) aponta que a simplificação dos processos contábeis e o desenvolvimento de metodologias adaptadas às realidades locais são caminhos para superar essas barreiras. Ferramentas mais simples e de fácil aplicação podem tornar a contabilidade mais viável e acessível.

Garcia (2022) complementa que iniciativas de capacitação oferecidas por instituições públicas ou privadas podem impactar positivamente a conscientização dos agricultores. Essas ações devem focar no uso prático das ferramentas contábeis, demonstrando sua relevância no controle financeiro e no planejamento estratégico.

Na entrevista, o participante afirmou que não recebeu nenhum tipo de treinamento ou orientação sobre como aplicar a contabilidade rural. Ao ser convidado a sugerir melhorias, destacou a necessidade de simplificação dos registros como aspecto essencial para ampliar a acessibilidade e eficiência dessas práticas.

Além disso, o entrevistado demonstrou abertura para mudanças ao afirmar que estaria disposto a adotar novas ferramentas contábeis, desde que fossem mais simples e adequadas à sua realidade. Essa disposição está alinhada com Garcia (2022), que destaca a importância de aproximar os agricultores das práticas contábeis por meio de soluções adaptadas à rotina e aos desafios da agricultura familiar.

Wendpap (2019) argumenta que a implementação de ferramentas contábeis deve ser acompanhada de assistência técnica contínua, garantindo suporte aos agricultores para superar barreiras operacionais e técnicas. Essa abordagem pode não apenas ampliar a eficiência dos registros, mas também fortalecer a confiança dos produtores em sua utilidade.

Por fim, quando questionado sobre outras sugestões para facilitar o uso da contabilidade, o entrevistado mencionou a necessidade de contar com um profissional capacitado que estivesse disposto a explicar, detalhadamente, como funciona a contabilidade para o pequeno agricultor. A ausência desse suporte, segundo ele, ainda é uma lacuna importante.

Essa sugestão reflete um dos principais entraves à implementação da contabilidade rural: a carência de orientação técnica especializada. Como pontua Silva et al. (2019), o acesso limitado a profissionais qualificados compromete a adoção de

práticas contábeis em propriedades familiares, que demandam uma abordagem pedagógica acessível e prática.

4.4 SUGESTÃO DE MODELO DE DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL PARA O PEQUENO PRODUTOR

Com base nos resultados da pesquisa e nas necessidades identificadas para produtor, foi desenvolvida uma sugestão de modelo de demonstração contábil, simples, visual e prático, ideal para o público da pesquisa. Este modelo foca em uma abordagem funcional, permitindo que o produtor registre de forma clara e compreensível os principais aspectos financeiros de sua propriedade.

4.1.1 Modelo de demonstração contábil simplificada para pequenos produtores

A seguir, apresenta-se o Quadro de controle mensal um quadro simples dividido por áreas-chave, permitindo o registro das informações essenciais.

Quadro 1- Controle mensal

Mês:
Receitas (R\$)
Produto Vendido
Farinha
Bovinos
Total Receitas:
Despesas (R\$)
Tipo de Despesa
Insumos
Transporte
Total Despesas:
Saldo do Mês (Receitas - Despesas):

Fonte: Autoria própria (2025)

Além disso, Garcia (2022) reforça que, nas pequenas propriedades, a administração frequentemente recai sobre os membros da família, que possuem acesso limitado a maquinários e tecnologias modernas. Essa limitação torna os modelos contábeis simplificados ainda mais relevantes, pois permitem o registro eficiente de receitas, despesas e estoques, facilitando a tomada de decisões estratégicas. O modelo proposto inclui seções claras e adaptáveis, como controle de receitas e despesas, estoque e planejamento de investimentos, oferecendo uma visão organizada e acessível da gestão financeira.

Criou-se também o controle de estoque, o qual permitirá que o produtor monitore os produtos em estoque, garantindo maior controle sobre o fluxo de vendas e produção, tal como se apresenta a seguir.

Quadro 2- Controle de Estoque

Produto	Estoque Inicial	Produção/Mês	Vendas	Estoque Final

Fonte: Autoria própria (2025)

Miranda (2021) destaca a importância da sistematização de dados em ambientes de comercialização direta, como feiras de produtos agrícolas familiares. A autora aponta que a ausência de dados organizados dificulta a valorização dessas atividades no contexto econômico e social. O modelo de demonstração contábil adaptado à realidade dos pequenos produtores preenche essa lacuna ao simplificar a sistematização das informações, promovendo maior controle operacional e aumentando o valor econômico e social gerado pelas propriedades familiares.

Corrêa et al. (2018) apontam que a heterogeneidade da agricultura familiar exige abordagens específicas e adaptadas à realidade de cada produtor. Nesse contexto, o modelo proposto se destaca por sua flexibilidade e simplicidade, atendendo às necessidades individuais de cada propriedade. Ele não apenas facilita o controle financeiro, mas também aproxima os agricultores das ferramentas de gestão, incentivando o uso contínuo e sustentável dessas práticas. Isso fortalece a autonomia dos agricultores e promove a viabilidade econômica de suas propriedades.

Outra ideia, consiste no planejamento de investimentos, que se trata de um espaço para o produtor planejar onde investirá os lucros do mês, como compra de insumos, melhorias na propriedade ou novos projetos. O modelo é apresentado a seguir.

Quadro 3- Planejamento de Investimentos

Investimento Planejado	Custo Estimado (R\$)

Fonte: Autoria própria (2025)

Para complementar as sugestões contábeis voltadas aos pequenos produtores rurais, apresenta-se um exemplo de balanço patrimonial adaptado à realidade do setor agrícola. Esse modelo fornece um panorama detalhado dos ativos e passivos da

propriedade, auxiliando no planejamento financeiro e na tomada de decisões estratégicas.

Quadro 4 - Exemplo de Balanço Patrimonial Rural

EMPRESA						
CNPJ:			INSCRIÇÃO ESTADUAL:			
ENDEREÇO						
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024						
ATIVO			PASSIVO			
ATIVO CIRCULANTE			R\$ -	PASSIVO CIRCULANTE		R\$ -
Disponível				Credores		
	Caixa		R\$	Fornecedores Diversos		R\$
	Banco Conta Movimento		R\$	Salarios a Pagar/Pro-Labore		R\$
	Aplicações		R\$			
Realizavel a Curto Prazo				OBRIGAÇÕES DIVERSAS		
	Contas a Receber		R\$	Obrigações Fiscais		R\$
	Outras Conta a Receber		R\$	Obrigações Sociais		R\$
	Estoque		R\$			
ATIVO NÃO CIRCULANTE			R\$ -	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		R\$ -
Realizavel a Longo Prazo				Exigivel a Curto Prazo		
	Contas a Receber - com atraso c		R\$	Emprestimos/Financiamentos		
IMOBILIZADO				Financiamento de Veiculos		R\$ -
	Moveis e Utensilios		R\$	Emprestimos de Terceiros		R\$ -
	Imoveis		R\$	PATRIMONIO LIQUIDO		R\$ -
	Maquinas e Equipamentos		R\$	Exigivel a Curto Prazo		
	Depreciação Acumulada (-)		R\$	Capital Social		R\$ -
				Lucros acumulados		
				Lucros do Exercicio		R\$ -
TOTAL DO ATIVO			R\$ -	TOTAL DO PASSIVO		R\$ -

Fonte: Autoria própria (2025)

O balanço patrimonial rural é uma ferramenta essencial para avaliar a saúde financeira da propriedade, permitindo que o produtor compreenda melhor sua estrutura de capital, identifique oportunidades de investimento e previna riscos financeiros. Dessa forma, sua adoção pode contribuir para uma administração mais eficiente e sustentável da atividade agrícola.

A implementação de métodos simplificados e adaptados para pequenos produtores rurais é essencial para aprimorar a gestão de suas propriedades. Como destacado por Melo (2022), a agricultura familiar desempenha um papel central na economia local e no sustento das famílias, mas enfrenta desafios relacionados à falta de acesso a inovações e ao suporte adequado para acompanhar o mercado.

Assim, a adoção de métodos simplificados de demonstrações contábeis se apresenta não apenas como uma necessidade prática, mas como um passo crucial para a integração dos pequenos produtores aos mercados formais. O modelo proposto facilita a gestão financeira e promove a sustentabilidade das propriedades

familiares, desempenhando um papel estratégico na transformação do setor agrícola familiar e no fortalecimento da economia rural.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa, intitulada “A Contabilidade Rural como Ferramenta para Gestão na Propriedade da Agricultura Familiar: Sítio Boa Esperança em Itaituba-Pará”, teve como objetivo principal analisar a aplicação da contabilidade rural na gestão de uma propriedade agrícola familiar. A pesquisa se concentrou em identificar práticas contábeis existentes, avaliar seus impactos na administração diária e propor melhorias práticas para sua implementação. O estudo foi realizado em uma propriedade familiar localizada no município de Itaituba, Pará, cuja principal atividade econômica é a pecuária e o cultivo de mandioca para produção de farinha.

Os resultados evidenciaram que a contabilidade rural ainda não é uma realidade na gestão do Sítio Boa Esperança. Não há registros formais de receitas, despesas, estoques ou outras atividades financeiras da propriedade. O entrevistado, agricultor com mais de 30 anos de experiência, demonstrou desconhecimento sobre as aplicações da contabilidade e sua potencial contribuição para a gestão. Isso reforça a ausência de práticas contábeis formais, bem como a percepção limitada de seu impacto nas decisões administrativas.

Com relação ao primeiro objetivo específico, a pesquisa revelou que nenhuma prática contábil é atualmente utilizada na propriedade. Essa ausência de registros inclui controles financeiros básicos, como receitas e despesas, e reflete uma gestão fundamentada apenas na experiência prática e intuitiva do agricultor, sem o suporte de ferramentas contábeis que poderiam proporcionar maior organização e eficiência.

No segundo objetivo, que buscava avaliar os impactos da contabilidade na gestão diária, foi constatado que o entrevistado não percebe a contabilidade como uma ferramenta estratégica. Não foram identificadas áreas onde a contabilidade poderia contribuir significativamente, como controle de custos ou planejamento de produção. Essa desconexão reflete a falta de compreensão sobre os benefícios que a contabilidade poderia trazer para o aprimoramento da gestão e para a tomada de decisões informadas.

Por fim, no terceiro objetivo, relacionado às melhorias a serem propostas, o entrevistado apontou a necessidade de simplificar os registros contábeis e de contar com o suporte de um profissional capacitado. Ele destacou a falta de conhecimento técnico como uma barreira significativa, além de demonstrar disposição para adotar novas ferramentas contábeis, desde que sejam simples e acessíveis. Essas respostas

indicam a abertura para mudanças, mas também revelam a necessidade urgente de capacitações específicas e de suporte técnico contínuo.

Como limitação da pesquisa, destaca-se o fato de que o estudo foi realizado em uma única propriedade, o que restringe a generalização dos resultados para outras realidades da agricultura familiar. Além disso, a ausência de registros prévios e a baixa escolaridade do entrevistado dificultaram a obtenção de informações detalhadas sobre a gestão financeira.

Para estudos futuros, sugere-se a ampliação da amostra, incluindo propriedades com diferentes níveis de organização contábil, a fim de compreender de forma mais abrangente os desafios e oportunidades da contabilidade rural no contexto da agricultura familiar. Também seria interessante investigar o impacto de capacitações e treinamentos em contabilidade simplificada, avaliando sua eficácia na transformação das práticas de gestão e no fortalecimento econômico das propriedades familiares.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Karini Zilli de. **Contabilidade rural: ferramentas estratégicas de apoio a gestão do agronegócio**. 2012. 99 p. Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC. Criciúma – SC, 2012.

ALVES, Aline. **Teoria da Contabilidade**. Porto Alegre: Sagah Educação, 2017.

BELLAMY, L.C; AMOO, N. MERVYN, K.; HIDDLESTONE-MUMFORD, J. O uso de ferramentas e frameworks estratégicos pelas PMEs no processo de formação da estratégia International. **Journal of Organizational Analysis**, v.27, n.2, p. 337-367, 2019.

CORRÊA, Philipe Stéphanos Gonçalves; LLOYD, Paula Regina Wenceslau; VASCONCELOS, Eridani Isaacs; ASSIS, Thiago Rodrigo de Paula. Contextualização da agricultura familiar: um relato de experiência. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 13, n. 31, p. 303-311, dez. 2018.

COTRIN, Anderson M.; SANTOS, Aroldo Luiz dos; ZOTTE JÚNIOR, Laerte. A Evolução da Contabilidade e o Mercado de Trabalho para o Contabilista. **Revista Conteúdo**, Capivari, v. 2, n. 1, jan./jul. 2012.

CREPALDI, S. A. **Contabilidade rural: uma abordagem decisória**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

FARIAS, Y. B. **Percepção dos produtores rurais do município de Serra Branca-PB sobre a utilização da informação Contábil no processo de controle e gestão da Atividade rural**. 2018. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Monteiro, 2018.

FRANCO, Dalcio Augusto Pedreira Junqueira. **Uma análise do controle de custos dirigidos à armazenagem de grãos e o impacto na rentabilidade para o produtor rural**. 2021. 55 f. il. color. tab. Projeto de dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuárias) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

FREIRE, Célia Maria Maciel. **A contabilidade numa empresa do setor agrícola - O caso da Cooperativa União Agrícola, C.R.L.** 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas e Empresariais, com especialização em Finanças e Contabilidade) – Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2019.

GARCIA, Bibiana Jacques. **Contextualização das práticas realizadas na agricultura familiar**. 2022. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Agronomia) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Unidade Universitária de São Luiz Gonzaga, São Luiz Gonzaga, 2022.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, Jose Carlos. **Introdução a Teoria da Contabilidade**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____, Sérgio de; MARION, Jose Carlos. **Introdução a Teoria da Contabilidade**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____, Sergio de; MARTINS, Eliseu; KANITZ, Stephen Charles; RAMOS, Alkíndar de Toledo; CASTILHO, Edison; BENATTI, Luiz; FILHO, Eduardo Weber; JUNIOR, Ramon Domingues. **Contabilidade Introdutória**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KAPLAN, R.S.; NORTON, D.P. **Balanced Scorecard: mapas estratégicos – convertendo ativos intangíveis em resultados tangíveis**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

LIMA, B. S. P. DE; TONY, A. C. ADMINISTRAÇÃO DO CAPITAL DE GIRO. **Anais do Simpósio Sul-Mato-Grossense de Administração**, v. 4, n. 4, p. 52-70, 1 jul. 2021.

MACEDO, F. C. de; JUNIOR, E. G. Padrão de reprodução do capital, território e infraestrutura de transportes: os casos de Santarém (PA) e Itaituba (PA). **Boletim Goiano de Geografia, Goiânia**, v. 39, p. 1–18, 2019.

MACHADO FILHO, C. A. P. **Governança nas Organizações do Agronegócio**. In J. R. Fontes Filho, & R. W. Lancelloti (Eds.), (Organizadores) – Governança Corporativa em tempos de crise (pp. 111–127). São Paulo: IBGC, Saint Paul, 2019.

MARION, J. C. **Contabilidade Rural: Contabilidade Agrícola, Contabilidade da Pecuária**. São Paulo: Atlas, 2014.

MAUSS, César V.; BLEIL, Claudecir; BONATTO, Aline; SANTOS, Getúlio Zanatta dos. A Evolução da Contabilidade e seus Objetivos. In: SIMPÓSIO DE EXCELENÇA EM GESTÃO E TECNOLOGIA - SEGET, IV., 2007, Resende, **Anais...** Resende/RJ, Faculdade Dom Bosco, 2007.

MELO, Eduardo Braga de; BARROS, Leandro Nogueira; SOUZA, Lorrany Ketley Ribeiro; et al. A importância da agricultura para a sociedade: breve revisão de literatura. **Anais do IV Fórum de Iniciação Científica**, v. 2, Suppl. 1, p. 144, 2021.

MILHEIRO, Ana Teresa. **Os desafios da contabilidade agrícola**. Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola, 9 nov. 2022.

MIQUELINI, M. A.; SANTOS, W. B. B. L. Contabilidade rural: um estudo com pequenos-médios produtores rurais sobre o gado de corte do município de Jaru. **Revista FIMCA**, v. 8, n. 1, p. 25-26, 5 abr. 2021.

MIRANDA, Sueny Pinhel. **Comercialização agrícola em canais de venda direta: um estudo dos fatores de competitividade da feira da agricultura familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**. 2021. 158f. Dissertação (Mestrado em Agricultura Orgânica) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2021.

NASCIMENTO, D. F. **Análise de características determinantes das escolhas contábeis na demonstração dos fluxos de caixa em empresas da América**

Latina. 2018. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

OLIVEIRA, Luís Martins de; NAGATSUKA, Divane A. S. **Introdução à Contabilidade.** São Paulo: Futura, 2000,

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de Contabilidade Básica.** 8 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RABELO, M.A.S. **Importância da contabilidade rural para tomada de decisão nas atividades rurais: Estudo de caso em propriedades rurais do município de Indianópolis- MG.** Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Uberlândia, 2019.

ROPER, A.; HODARI, D. Ferramentas de estratégia: Fatores contextuais que afetam o uso e a utilidade. In Wright, P., Kroll, MJ, & Parnell, J. Administração estratégica: Conceitos, 2000. **Revista Gestão do Turismo**, v.1, n.12, 2016.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da Contabilidade.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SCHMIDT, Paulo. **Uma Contribuição ao Estudo da História do Pensamento Contábil.** 1996. Tese (Doutorado em Contabilidade)–Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

SILVA, José Alberto Teixeira da; SANTOS, Roberto Fernandes dos; SANTOS, Neusa Maria Bastos F. **Criando valor com serviços compartilhados: aplicação do Balanced Scorecard.** São Paulo: Saraiva, 2006.

SILVA, Maria do Rosário da; SANTOS, Leane da Conceição; SANTOS, Marcos Igor da Costa. Desafios e perspectivas da contabilidade agrícola: um olhar sobre os pequenos produtores rurais do município de Tanque D'Arca. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, ano XVI, v. 16, n. 28, p. 130-144, jul./dez. 2019.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da; MARTINS, Wilson Thomé Sardinha. **História do Pensamento Contábil** – com Ênfase na História da Contabilidade Brasileira. Curitiba: Juruá, 2006.

SILVA, J. P. M. da; SANTOS, M. das G. dos; KRUKLYS, A. G. Ativo biológico na Contabilidade Rural. In: Simpósio de Trabalho de Conclusão de Curso, 12., 12 a 18 dez. 2017. Águas Claras/DF. Anais [...]. Águas Claras: ICESP, 2017. p. 644-660.

SILVA, L. M. DA. **Benefícios da contabilidade rural para a agricultura familiar: um estudo sobre famílias na cidade Capitão Poço--Pará.** 2oCongresso de Contabilidade UFU-Contabilidade, Gestão e Agronegócio, Anais. Uberlândia-MG. **Anais**, 2017.

TRAJANO, Carla Borges; ANJOS, Mayara Abadia Delfino dos. A importância da contabilidade nas operações rurais. **GETEC**, v.10, n.32, p.118-129, 2021.

ULRICH, Elisane Roseli. Contabilidade rural e perspectivas da gestão no agronegócio. **Revista de Administração e Ciências Contábeis da Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai – IDEAU**, v.04, n.09, 2019.

VORPAGEL, A.C.M; HOFER, E.; SONTAG, A.G. Gestão de custos em pequenas propriedades rurais: Um estudo aplicado no município de Marechal Cândido Rondon – PR. **Revista ABCustos**, v.12, n.2, p.111-139, 2017.

VIEIRA, M. Q. **O uso de práticas gerenciais: um estudo em propriedades rurais no município de Três Forquilhas--RS**. 2018.

VILHENA, Naiara L.J., ANTUNES, Maria A. A importância da contabilidade rural para o produtor rural. **Anais do XIII Encontro latino-americano de iniciação científica**. 2010.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Fluxo de Caixa: uma decisão de planejamento e controle financeiro**. 8ª. Edição. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2009.

WENDPAP, Leticia Batistel. **A Contabilidade rural como método de controle das propriedades rurais**. 2019. 41 f. Monografia (Especialização em Gestão Contábil e Financeira). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2019.

APÊNDICE A- Roteiro de entrevista para Pesquisa sobre a Aplicação da Contabilidade Rural em Propriedades de Agricultura Familiar

Seção 1: Informações Gerais

- 1 Idade: _____
- 2 Grau de escolaridade: _____
- 3 Há quanto tempo você trabalha ou reside nesta propriedade?

- 4 Qual a principal atividade da sua propriedade agrícola? _____

Seção 2: Práticas Contábeis na Propriedade

- 5 Você utiliza algum tipo de controle contábil na gestão da sua propriedade? Justifique
() Sim
() Não
- 6 Com que frequência você realiza esses registros contábeis?
() Diariamente
() Semanalmente
() Mensalmente
() Somente quando necessário

Você conhece o balanço e DRE?

Seção 3: Impactos da Contabilidade na Tomada de Decisões

- 7 Você acredita que o uso de práticas contábeis impacta nas suas decisões de gestão da propriedade? Justifique
() Sim
() Não
- 8 Em que áreas da gestão da propriedade a contabilidade tem ajudado mais?
() Controle de custos
() Decisões sobre compra de insumos
() Planejamento de produção
() Comercialização dos produtos
- 9 Quais são as principais dificuldades que você enfrenta ao tentar utilizar a contabilidade na sua propriedade?
() Falta de conhecimento técnico
() Falta de tempo
() Custo com serviços contábeis
() A contabilidade parece muito complexa
() Outra: _____

Seção 4: Melhoria da Aplicação da Contabilidade Rural

10 Você já recebeu algum tipo de treinamento ou orientação sobre como aplicar a contabilidade rural?

- ☐ Sim
- ☐ Não

11 Quais aspectos da contabilidade rural você acha que poderiam ser melhorados para facilitar seu uso na sua propriedade?

- ☐ Simplificação dos registros
- ☐ Treinamento mais acessível
- ☐ Uso de ferramentas digitais
- ☐ Assistência contínua de um contador
- ☐ Outra: _____

12 Você estaria disposto a aplicar novas ferramentas contábeis se elas fossem mais simples e acessíveis?

- ☐ Sim
- ☐ Não

13 Quais melhorias você sugeriria para facilitar a aplicação da contabilidade em pequenas propriedades rurais como a sua?

14 Você estaria disposto a ceder as informações da propriedade para o estudo e elaboração de ferramentas que possam facilitar o uso da contabilidade em sua propriedade?

- ☐ Sim
- ☐ Não

APÊNDICE B- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar como voluntário(a) da pesquisa intitulada **“A Contabilidade Rural como Ferramenta para Gestão na Propriedade da Agricultura Familiar: Sítio Boa Esperança em Itaituba-Pará”**, proposta pela Faculdade de Itaituba. Para decidir se deseja ou não participar, leia atentamente os itens a seguir, que informam e esclarecem sobre os procedimentos, riscos e benefícios desta pesquisa.

1 – Objetivo da Pesquisa

Este estudo tem como objetivo geral analisar a aplicação da contabilidade rural na gestão da propriedade agrícola familiar Sítio Boa Esperança, em Itaituba-Pará. Especificamente, a pesquisa busca:

- Identificar práticas contábeis já utilizadas na propriedade;
- Avaliar os impactos da contabilidade na gestão diária da propriedade;
- Propor melhorias práticas adaptadas à realidade do agricultor familiar.

2 – Justificativa da Pesquisa

A justificativa para o desenvolvimento deste estudo está relacionada à relevância da contabilidade rural como ferramenta estratégica para melhorar a organização financeira e a tomada de decisões em propriedades familiares. A ausência de registros contábeis formais e a percepção de complexidade da contabilidade limitam a eficiência da gestão na agricultura familiar. A pesquisa busca fornecer subsídios para implementar práticas contábeis simples e acessíveis, promovendo a sustentabilidade econômica dessas propriedades.

3 – Descrição dos Procedimentos Realizados

Para a coleta de dados, será utilizado um roteiro de entrevista composto por 17 perguntas, aplicadas presencialmente no Sítio Boa Esperança. O roteiro de entrevista aborda aspectos da gestão da propriedade, dificuldades relacionadas ao uso da contabilidade e sugestões para melhorar sua aplicação.

4 – Descrição dos Desconfortos e Riscos da Pesquisa

Embora os riscos associados a esta pesquisa sejam mínimos, reconhece-se que esta investigação pode apresentar desconfortos em relação à reflexão sobre a gestão da propriedade. Contudo, assegura-se que nenhuma informação pessoal ou sensível será divulgada, e o nome dos participantes será mantido em sigilo. Todos os dados coletados serão utilizados exclusivamente para os objetivos desta pesquisa.

5 – Despesas, Compensações e Indenizações

Não haverá custos para os participantes desta pesquisa. Caso sejam identificados desconfortos ou riscos durante a realização do estudo, a pesquisa será imediatamente suspensa, e será garantida assistência integral ao participante, caso necessário.

6 – Direito de Confidencialidade

Todas as informações fornecidas pelos participantes serão tratadas de forma confidencial e armazenadas em ambiente seguro. Os dados coletados serão utilizados exclusivamente para os objetivos do estudo, garantindo que não sejam divulgados ou utilizados para outros fins.

7 – Identificação do(a) Voluntário(a) da Pesquisa

Nome: _____

Endereço: _____

Nº: _____

CEP: _____ Cidade: _____

Estado: _____

Telefone: () _____

Eu fui informado(a) verbalmente e por escrito sobre os dados desta pesquisa, e minhas dúvidas com relação à participação foram satisfatoriamente respondidas. Concordo voluntariamente em participar desta pesquisa. Caso deseje desistir, posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem prejuízo ou penalidade.

Declaro que entendi e concordo com os termos apresentados.

Itaituba, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do(a) participante:

Assinatura do(a) pesquisador(a):

Contato do Pesquisador(a):
